



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MITSUNORI SASAKI JR

**O SETOR DE SERVIÇOS NO CONTEXTO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA**

Florianópolis

2015

MITSUNORI SASAKI JR

**O SETOR DE SERVIÇOS NO CONTEXTO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Felipe Bittencourt

Florianópolis

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Mitsunori Sasaki Jr na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pablo Felipe Bittencourt

Prof. Dr. Francisco Gelinski Neto

Prof. Dr. Gilson Geraldino Silva Junior

Agradeço à minha família e Deus pelo apoio incessante, pois nenhuma jornada se faz sozinho e mesmo dentre tantas tormentas eles sempre me apoiaram, me fizeram seguir em frente e finalmente hoje pude alcançar mais esta etapa na vida. Em especial agradeço à minha mãe **Marcia Regina Ferreira**, um exemplo de luta e vitória, que sempre me levantou e me disciplinou a caminhar com minhas próprias pernas. Por fim, agradeço à minha namorada **Renata Gastaldi** que me acompanha e realmente vê a batalha que é travada a cada dia em busca de um sonho. Obrigado.

RESUMO

Este estudo buscou demonstrar a importância da indústria em conjunto com o setor terciário para o desenvolvimento do país, bem como os conceitos sobre o processo de desindustrialização que atinge os países de diversas formas conforme sua estrutura econômica. Na primeira parte do trabalho busca-se verificar a importância da indústria no desenvolvimento econômico dos países e o debate sobre o processo recente de desindustrialização no Brasil. Posteriormente, apresenta-se uma discussão teórica, conceitual e sobre as funções do setor de serviços. A conclusão destaca que o mundo vive em constante transformação, os setores que antes demonstravam maior relevância para o desenvolvimento econômico se modificaram e atualmente os serviços ganharam destaque, aquela desindustrialização que acontece por consequência da expansão do setor de serviços acaba sendo benéfica pela dinâmica produtiva que cerca o mundo, podendo esta gerar produtividade sim para os demais setores. No caso do Brasil, em especial, é difícil apontarmos para o processo como sendo positivo ou negativo, pois de um lado tem crescido positivamente com enfoque em tecnologias da informação e comunicação, além de uma agregação maior de empregos e conhecimentos técnicos, por outro ele tem sido negativo, pois o país não possui um nível industrial estável em função da baixa taxa de investimento interno e externo, tudo isso aliado ao fato de não existir uma forma clara de mensuração da agregação de valor que há dos serviços em direção à indústria, torna este processo mais complexo. Contudo, podemos apontar de acordo com o estudo que a estrutura do setor terciário brasileiro está evoluindo, pois aqueles serviços altamente técnicos tem tomado o lugar daqueles de baixa capacitação.

PALAVRAS-CHAVE: Desindustrialização; Indústria Brasileira; Análise Setor Terciário; Setor de Serviços; Desenvolvimento Econômico.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

TABELA 2.1 – Participação Relativa da Indústria de Transformação no Valor Adicionado (VA) e no Pessoal Ocupado em % (1980 - 1998).....	18
GRÁFICO 2.1 – Valor Adicionado Pela Indústria de Transformação, Período de 1947 a 2012 (% PIB).....	19
GRÁFICO 2.2 – Nível de Emprego na Indústria (junho 2005 = 100)	20
GRÁFICO 2.3 – Produção física, Pessoal Ocupado e Produtividade, Período de 1975 a 2013	22
GRÁFICO 2.4 – Formação Bruta de Capital Fixo de 1971 a 2013 (% a.a)	23
TABELA 2.2 – Taxa de Crescimento e Composição Setorial das Exportações Brasileiras Conforme a Intensidade Tecnológica, de 1989 a 2005 (%)	25
GRÁFICO 2.5 – Taxa de Crescimento das Exportações Brasileiras Conforme a Intensidade Tecnológica, de 1989 a 2005 (%)	26
QUADRO 3.1 – Características Gerais das Atividades de Serviços	36
TABELA 3.1 – Estrutura Produtiva e Distribuição Setorial do Produto (%).....	42
TABELA 3.2 – Estrutura Ocupacional dos Países por Nível de Desenv. (%)	43
TABELA 3.3 – Taxa Real de Crescimento do PIB Brasileiro por setor de 1950 a 2002 (% a.a)	46
FIGURA 3.1 – Taxa Real de Crescimento do PIB Brasileiro por Setor de 1950 a 2002 (% a.a)	47
TABELA 3.4 – Composição Setorial do PIB Brasileiro de 1950 a 2002 (% a.a)	48
FIGURA 3.2 – Composição Setorial do PIB Brasileiro de 1950 a 2002 (% a.a)....	48
FIGURA 4.1 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 1982 a 2002	58
TABELA 4.1 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 1981 a 1990 (por mil)	59
TABELA 4.2 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 1992 a 2001 (por mil)	60
FIGURA 4.2 – Estrutura Ocupacional Brasileira, Período 1981 a 2001.....	61
TABELA 4.3 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 2002 a 2007 (por mil)	62
FIGURA 4.3 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 2002 a 2007	63
FIGURA 4.4 – Valor Adicionado por Setor de 1947 a 2013 (% PIB).....	64
FIGURA 4.5 – Valor Adicionado por Setor de 1947 a 1963 (% PIB).....	65
FIGURA 4.6 – Valor Adicionado por Setor de 1981 a 2013 (% PIB).....	66
FIGURA 4.7 – Variação Anual do Valor Adicionado, Setor Primário, de 1971 a 2013 (% a.a)	67

FIGURA 4.8 – Variação Anual do Valor Adicionado, Setor Secundário, de 1971 a 2013 (% a.a)	67
FIGURA 4.9 – Variação Anual do Valor Adicionado, Setor Terciário, de 1971 a 2013 (% a.a)	68
FIGURA 4.10 – Variação Anual do Valor Adicionado, PIB Brasileiro, de 1971 a 2013 (% a.a)	68

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivo Específico	10
1.2 JUSTIFICATIVA	10
1.3 METODOLOGIA.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA	13
2.2 O QUE É DESINDUSTRIALIZAÇÃO	15
2.3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	16
2.3.1 Desindustrialização Precoce da Economia Brasileira	18
2.3.2 A Visão de um Processo de Desindustrialização Natural da Economia Brasileira	21
2.4 SETOR SERVIÇOS NA PERSPECTIVA DESINDUSTRIALIZAÇÃO	26
3 ANÁLISE SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS	28
3.1 CONCEITOS TRADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE SERVIÇOS.....	28
3.1.1 Visão Tradicional Sobre o Valor do Setor Terciário	28
3.1.2 Teoria Sobre a Ascensão dos Serviços	31
3.2 CONCEPÇÃO, DEFINIÇÃO, CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DO SETOR Terciário.....	32
3.3 PROPRIEDADES E CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES DE SERV.....	34
3.4 REESTRUTURAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	38
3.4.1 Evolução do Setor Terciário em Economias Variadas	41
3.4.2 Os Serviços como Viabilizadores da Reestruturação Produtiva	44
3.5 MUDANÇAS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA.....	46
3.6 SERVIÇOS SÃO PROPULSORES DO DESENVOLVIMENTO.....	49
3.6.1 Serviços Como Indutores do Desenvolvimento	51
3.7 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	54
4 ANÁLISE EMPÍRICA DE DADOS DA ECONOMIA BRASILEIRA	58
4.1 ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA.....	58
4.2 VALOR ADICIONADO POR SETOR.....	64

CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Há uma crescente preocupação nas últimas décadas sobre o possível processo de desindustrialização brasileira, pois o país, a partir da abertura comercial e da globalização, após a década de 90, passou por uma nova etapa. Anteriormente, o Brasil possuía sua indústria protegida e a mantinha através de subsídios governamentais; após o governo Collor e com a continuidade no governo Fernando Henrique Cardoso, o Estado passou por significativas mudanças estruturais.

Com estas mudanças houve uma intensificação do debate sobre o processo de desindustrialização da economia brasileira entre economistas heterodoxos, que de um lado, buscavam demonstrar que o Brasil passa por um processo de desindustrialização fruto da abertura comercial, valorização dos termos de troca e apreciação cambial; e de outro lado, os economistas ortodoxos, que atentam que a indústria não obteve resultados negativos nas últimas décadas e que, inclusive, a abertura comercial e a apreciação do câmbio, proporcionou aumento na importação de máquinas e equipamentos mais avançados, permitindo a modernização do parque industrial e, conseqüentemente, a expansão da própria produção industrial.

O problema de pesquisa, então, se apresenta da seguinte forma: se a desindustrialização precoce é um fato presente na economia brasileira e sua principal preocupação é o setor industrial ser a força motriz para o desenvolvimento, talvez ocorra certa estagnação do país na busca do *catching up* com esta perda relativa da participação do setor secundário para as atividades terciárias. No entanto, questiona-se, até que ponto, o setor de serviços não pode realizar em conjunto com os demais esta função de desenvolvimento econômico?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral incluir o setor terciário brasileiro na discussão sobre a desindustrialização.

1.1.2 Objetivo específico

Para alcançar o objetivo geral os seguintes objetivos específicos foram delineados:

- Discutir teoricamente o papel da indústria e o conceito de desindustrialização;
- Discutir teoricamente o papel do setor de serviços na economia;
- Avaliar o setor de serviços na economia brasileira.

1.2 JUSTIFICATIVA

O Brasil, ao se industrializar por volta da década de 50, deu impulso ao seu desenvolvimento, no entanto, muitos estudos atuais têm demonstrado que há uma perda da participação da referida indústria no PIB. Há duas grandes correntes de pensamento que estudam o fenômeno da desindustrialização: a ortodoxa, que busca divergir sobre a ocorrência do processo e a heterodoxa, que tenta evidenciar esta perda da participação da indústria no produto interno bruto brasileiro. Todavia, caso esteja ou não ocorrendo tal processo e sendo transferido o peso para o setor de serviços, este setor pode sim ser um difusor de progresso técnico, pois com a evolução tecnológica e do modo de produção, esta atividade ganhou peso dentro das economias e se torna cada vez mais necessária pela interdependência que os setores criaram durante seu progresso. Tendo este setor grande peso nas contas nacionais, mesmo que esteja havendo o processo de desindustrialização no país, é possível que não seja algo negativo para esta economia, pois continua havendo uma função crescente da produtividade brasileira.

O tema busca demonstrar que o processo de desenvolvimento do país é contínuo e mesmo havendo um crescimento do setor terciário em proporção superior ao da indústria, não há por este motivo involução econômica do país, pois em todos os setores perdura a tendência de crescimento da produtividade.

1.3 METODOLOGIA

Será realizado neste estudo um tipo de pesquisa exploratória conforme aponta Munhoz (1989), pois visa diagnosticar um problema sendo mais preciso em sua forma de buscar uma compreensão mais ampla da questão, realizando uma investigação mais profunda do tema.

O estudo será realizado a partir de uma revisão teórica com base nos dados e resultados de trabalhos anteriores sobre o tema, buscando encontrar informações mais atualizadas para uma análise mais contemporânea, estabelecendo paralelos com as já estudadas e buscando identificar evidências que possam comprovar ou refutar a teoria sobre desindustrialização.

Ao longo desta monografia buscar-se-á responder algumas perguntas como qual importância da indústria, o que é desindustrialização, qual a atual situação do Brasil frente ao problema de desindustrialização e como está o papel do setor de serviços na perspectiva do processo de desindustrialização. A pesquisa pretende analisar e comparar dados que demonstrem o peso do setor de serviços e da indústria dentro da economia brasileira e sua influência como dinamizador de produtividade para outros setores.

Conforme Munhoz (1989) um dos objetivos do trabalho é investigar e procurar respostas a problemas que já estão em andamento, ou seja, buscar novas opções para determinadas questões que cercam o assunto, neste caso, demonstrar que há outras soluções para tal processo que está em andamento. Essa linha de pesquisa em especial denota-se como mola propulsora para os avanços da sociedade, que permite um impulso ao progresso no campo social para que seja efetivamente alcançado maior desenvolvimento, pelo fato de forçar transformações que culminem em uma evolução como tal.

Munhoz (1989) discorre ainda que um dos métodos a serem utilizados é a definição de alguns parâmetros que servem de orientação ao trabalho, para tanto, é necessário que se façam algumas perguntas como: “o que conhecer, como conhecer, por que conhecer, e por fim, a utilidade do estudo pretendido” (MUNHOZ, 1989, p. 19). As respostas destes questionamentos foram demonstradas dentro do objetivo geral e específico do trabalho para posterior estruturação deste estudo.

A análise sobre a importância da indústria no desenvolvimento do país bem como os conceitos sobre desindustrialização serão debruçados em uma revisão teórica da literatura já existente sobre o problema, enquanto a análise do processo de desindustrialização brasileira e do setor de serviços se apoiará, nos argumentos tanto literários, quanto na atualização dos dados que buscam ilustrar cada tese. Ao final, o trabalho tem como objetivo discutir os efeitos

que o setor terciário desencadeia no PIB brasileiro em perspectiva ao processo de desenvolvimento econômico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA

Os autores elucidam a importância da indústria para todos os países e isto se deve pelo fato de ela ser rotulada como motor do desenvolvimento econômico. Para uma melhor reflexão sobre o assunto Wilson Cano (2012) faz uma abordagem sobre o conceito de desenvolvimento econômico que aponta que o desenvolvimento decorre de um longo processo onde há o aumento de produtividade e conseqüentemente aumento do excedente econômico, aceleração da taxa de investimento, diversificação da estrutura produtiva e emprego, além de uma intensificação da industrialização e urbanização do país, melhorando os indicadores econômicos como, por exemplo, a renda per capita.

Segundo Comin (2009), podemos definir que há desenvolvimento econômico (doravante DEC) quando há a percepção dos seguintes elementos: aumento da riqueza material dos países ou regiões e aumento do bem-estar econômico da população. Um dos instrumentos que dispõem para análise deste aumento da riqueza material seria o PIB per capita de um país, indexado ao comportamento do PIBpc de outro que seja referência neste índice.

Rodrik (2005) apud Comin (2009) discorre que há uma relação histórica da associação entre o DEC e a criação de novas atividades na economia, mas isto é algo praticamente novo, pois as teorias mais antigas apontavam que um país para tornar-se rico e livrar-se da pobreza, deveria voltar sua produção na especialização de produtos que possuem vantagem comparativa. No entanto, todos os dados demonstram que essa não é uma descrição geral do que impulsiona realmente o desenvolvimento de um país; na realidade, os países que mais evoluíram foram aqueles que foram em direção à diversificação e não aqueles que concentraram sua estrutura produtiva.

De acordo com Cano (2012) para ocorrer o desenvolvimento econômico é necessário que haja primeiramente a industrialização e que ela cresça além dos outros setores de forma a enraizar sua estrutura de produção de bens de capital e intermediários, pois além de diversificar a pauta exportadora ainda ocorre uma melhoria nas contas externas e posteriormente, quando os bens de capital já perfazem cerca de 30% de seu produto, há um aumento da urbanização e crescimento do setor de serviços de todas as ordens.

Comin (2009) reconhece que cada nação tem sua riqueza ou pobreza explicada por suas diferenças que são inerentes à atividade econômica que cada um desempenha, ou seja, aquelas que possuem ações voltadas para o longo prazo, retornos crescentes no decorrer do tempo, se desenvolvem mais rapidamente pelos ganhos de produtividade arraigados em seu sistema. Para o autor, entre as diversas atividades econômicas que possuem esta função, a mais conhecida é a economia industrial, que tem como características:

- Economia de escala derivada de um aumento no porte das instalações produtivas com o objetivo de elevar o produto numa magnitude maior que a dos insumos;
- Economia de escopo que busca explicar que o custo total de uma firma produzir dois ou mais produtos e/ou serviços conjuntamente, tende a ser menor que o custo total dos mesmos produtos quando realizados separados por firmas diferentes;
- Economia de aglomeração onde há uma concentração de empresas próximas que produzem certo tipo de produto e conseqüentemente atraem outras empresas que formam outros elos da cadeia produtiva;
- Progresso técnico obtido através da aplicação e combinação de fatores de produção que maximizam a relação qualidade e custo de bens e serviços.

De uma forma geral,

...a nova aprendizagem é a base para o desenvolvimento econômico, e... é capaz de criar desenvolvimento, através daquilo que poderíamos chamar de sistemas retroalimentados virtuosos em algumas atividades econômicas, e não em outras... É a isso que nos referimos como o elemento específico à atividade do crescimento econômico, o fato de que só as nações que incluem uma percentagem suficientemente grande das atividades sujeitas à dinâmica de retornos crescentes têm sido capazes de se desenvolver... retornos crescentes estão no cerne dos mecanismos de retroalimentação positiva que aumenta o bem-estar. Essas sinergias sistêmicas são adicionalmente baseadas na diversidade. (REINERT, 1999 apud COMIN, 2009, p. 32).

O aumento de produtividade é imprescindível para toda e qualquer nação se desenvolver e, de acordo com Cano (2012), não há na história, nenhum país que no seu limiar de desenvolvimento, tenha conseguido se estruturar sem um bom alicerce pautado na industrialização de sua economia, além de um forte papel do Estado Nacional impulsionando esta iniciativa.

2.2 O QUE É DESINDUSTRIALIZAÇÃO

De acordo com Oreiro e Feijó (2010), desindustrialização é um tema relativamente novo e teve sua primeira elaboração por Rowthorn e Wells (1987). Para estes autores ela seria definida como um fenômeno caracterizado pela retração expressiva do emprego no setor manufatureiro em detrimento dos demais setores, notadamente o de serviços. Posteriormente, Rowthorn e Ramaswamy (1999) reconceituaram desindustrialização como sendo uma redução persistente do valor adicionado da indústria no produto interno bruto total de uma economia. Mais recentemente Tregenna (2009) redefiniu o referido conceito de uma forma mais ampla, onde a desindustrialização se resume a uma situação onde tanto o emprego industrial como o valor adicionado pela indústria são reduzidos em relação ao emprego total de um país ou seu PIB, logo, uma economia não se desindustrializa se a sua produção está em queda ou estagnada, mas sim quando o setor secundário perde sua importância como gerador de emprego ou de valor adicionado para uma economia.

Há uma gama de autores que buscam demonstrar que, atualmente, muitos países emergentes passam por um estado de desindustrialização precoce, podendo-se inferir até a uma reprimarização da pauta de exportação, ou seja, uma “doença holandesa”, todavia, é necessário realizar uma análise mais profunda sobre cada economia a fim de constatar tal efeito.

A desindustrialização em muitos casos não é um acontecimento negativo, mas sim um processo natural do próprio sistema globalizado, há segundo Clark (1957) apud Nassif (2008), um processo espontâneo onde economias passam por determinadas etapas para alcançarem o desenvolvimento; ou seja, países de renda inferior tendem a possuir uma maior participação do setor agricultor em seu PIB e, posteriormente, com o crescimento da renda per capita, esta composição se altera e a maior relevância no produto interno bruto passa a ser do setor industrial, que, por sua vez, desponta e ganha peso na economia do país. Esta é a última etapa deste processo, quando o mesmo alcança um nível elevado de renda per capita, há transferência significativa do emprego e valor adicionado pela indústria para o setor de serviços.

Oreiro e Feijó (2010) apontam ainda que é importante observar o fato de que a desindustrialização não está necessariamente associada a uma “reprimarização da pauta de exportações”, pois a participação da indústria tanto no valor adicionado, quanto no emprego pode diminuir em função da transferência das atividades manufatureiras mais intensivas em

trabalho para o exterior. Desta forma, a desindustrialização pode ser positiva, pois vem acompanhada de produtos com maior conteúdo tecnológico, portanto, maior valor adicionado. Há ainda o outro lado, onde a desindustrialização é vista como negativa, ou seja, realmente há uma reprimarização da pauta de exportação, que vai em direção principalmente das commodities, de produtos primários ou até manufaturados com baixo valor adicionado. Logo, este é denominado como a “doença holandesa”, onde a desindustrialização é uma falha de mercado pela existência ou até a descoberta de recursos naturais escassos, que, por fim, gera uma apreciação da taxa de câmbio real produzindo uma externalidade negativa sobre o setor de industrial.

Segundo Bresser-Pereira e Gala (2010) a “doença holandesa” recebeu este nome por ter sido identificada na Holanda em 1960 quando seus economistas detectaram que a descoberta de gás natural e sua exportação estavam apreciando a taxa de câmbio e ao mesmo tempo ameaçando destruir toda a sua indústria. A doença holandesa é, então, permanente e crônica pelo fato de o mercado não controlá-la. As commodities, por terem seus custos mais baixos do que em países menos eficientes, acabam por gerar tanto rendas ricardianas para o país, quanto definirem a taxa de câmbio para um equilíbrio corrente afetando desta forma a indústria.

2.3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Palma (2005) apud Nassif (2008) o que provocou a desindustrialização brasileira foi a liberalização comercial ocorrida nos anos 1990, juntamente com o regime de substituição de importações, pois combinados estes dois fatores houve uma mudança institucional no Brasil que culminou na perda do valor adicionado e do emprego na indústria, além de um retorno da especialização internacional com base na exportação de produtos intensivos em recursos naturais.

Oreiro e Feijó (2010) discorrem que para os heterodoxos a indústria se faz como primordial para a economia e o Brasil não alcançou o ápice do desenvolvimento neste setor, pois tem grande perda tanto do valor agregado, quanto no emprego *vis-à-vis*. Para estes autores, nos demais setores, principalmente do setor de serviços, o processo de crescimento é setor-específico e a indústria é o motor do crescimento de longo prazo das economias capitalistas, tendo em vista que:

- (i) Os efeitos de encadeamento para frente e para trás na cadeia produtiva, são mais fortes na indústria do que nos demais setores da economia;
- (ii) A indústria é caracterizada pela presença de economias de escala estáticas e dinâmicas, de tal forma que a produtividade na indústria tenha uma função crescente dentro da produção industrial;
- (iii) A maior parte da mudança tecnológica ocorre na indústria e boa parte do progresso tecnológico que ocorre no resto da economia é difundido a partir do setor manufatureiro;
- (iv) A elasticidade renda das importações de manufaturas é maior do que a elasticidade renda das importações de produtos primários e de commodities. Desta forma, a “industrialização” é tida como necessária para aliviar a restrição de balanço de pagamentos.

Desta forma, a indústria é vista como primordial por ser quem dita a elevação da produtividade e se difunde para os demais setores. De acordo com Nassif (2008), a produtividade advém na realidade de um fenômeno tecnológico, onde ela gera uma queda nos preços relativos dos bens pela diminuição de mão de obra e maior tecnologia empregada no setor, o que, por conseguinte, gera uma queda no volume de emprego. No caso do Brasil, estes autores acreditam que o país não alcançou o nível ideal de desenvolvimento e tem vivido um processo de transferência do emprego e valor adicionado pela indústria para o setor de serviços.

Contudo, é necessário ter uma perspectiva mais profunda do processo, pois há grandes variações dentro de uma mesma economia por influências tanto internas quanto externas. De acordo com modelos neoclássicos, segundo Oreiro e Feijó (2010) o tempo da ocorrência dos fenômenos é irrelevante, haja vista o crescimento de longo-prazo da economia de um país; ou seja, a evolução média dos indicadores ocorre por consequência do “progresso tecnológico” e da “acumulação de fatores” em andamento, independentemente da composição setorial da produção, pois nestes modelos uma unidade de valor adicionado tem o mesmo significado para o crescimento de longo prazo sendo gerado na indústria, na agricultura ou no setor de serviços.

2.3.1 Desindustrialização precoce da economia brasileira

De acordo com Cano (2012), houve alguns fatos durante a história brasileira que possibilitaram a ocorrência da desindustrialização na mesma, isto é, com as reformas que instauraram a liberalização econômica, câmbio valorizado e substituição de importações houve uma perda crescente da competitividade da indústria nacional em relação aos outros países. A abertura comercial desregrada, com tarifas baixas e queda do mecanismo de proteção à indústria complementaram o efeito nocivo da taxa de câmbio valorizada. A taxa de juros elevada no país também auxiliou o processo, pois o empresário deixou de investir na produção e só o realizou em última instância, desta forma, cada vez menos a indústria assimilava o progresso técnico diariamente. O investimento direto estrangeiro é decrescente para a indústria e crescente para as atividades financeiras e para os serviços.

Conforme Marquetti (2002) apud Oreiro e Feijó (2010), o primeiro estudo que aponta a ocorrência do fenômeno na economia brasileira foi realizada a partir da apresentação de dados sobre a indústria de transformação a partir das décadas de 80 e 90, tanto em termos de participação no valor adicionado, quanto no emprego industrial, conforme apresentado na tabela 2.1:

TABELA 2.1 - Participação Relativa da Indústria de Transformação no Valor Adicionado (VA) e no Pessoal Ocupado em % (1980-1998)

	1980	1985	1988	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
VA	31.3	31.6	28.6	25.7	23.8	22.7	21.6	21	20.6	20	18.2	19.1
PO	15.5	14.6	13.9	13.8	13.5	13.4	12.9	12.4				

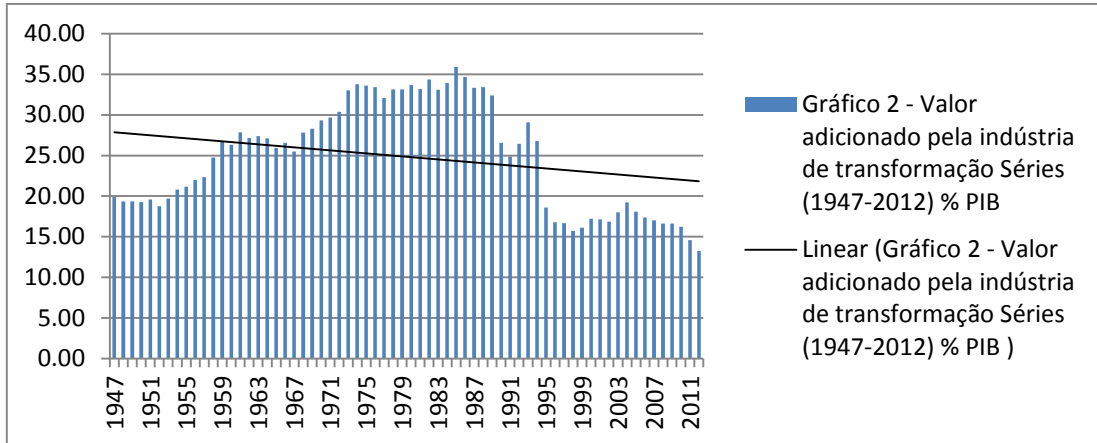
Fonte: Oreiro e Feijó, 2010, p. 225.

Segundo os autores, este processo ocorreu pelo baixo investimento realizado na economia brasileira na época, principalmente na indústria, o que por consequência gerou uma transferência de recursos para os setores de menor produtividade que tem se refletido no crescimento reduzido do produto potencial de longo prazo.

A partir de dados coletados no IPEA DATA, o gráfico 2.1 demonstra o valor adicionado pela indústria de transformação entre os anos de 1947 a 2012 em porcentagem do PIB. Foi

possível verificar que realmente há uma tendência de queda da indústria de transformação no valor adicionado à economia brasileira, conforme indica o gráfico 2.1.

**GRÁFICO 2.1 - Valor Adicionado Pela Indústria de Transformação,
Período de 1947 a 2012 (% PIB)**



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

De acordo com Bonelli (2005) apud Oreiro e Feijó (2010) com base nas contas nacionais do Brasil a participação da indústria no PIB a custo de fatores teria se reduzido de 42,3% em 1985 para apenas 31,4% em 1995, uma queda de 11 pontos percentuais em apenas 10 anos.

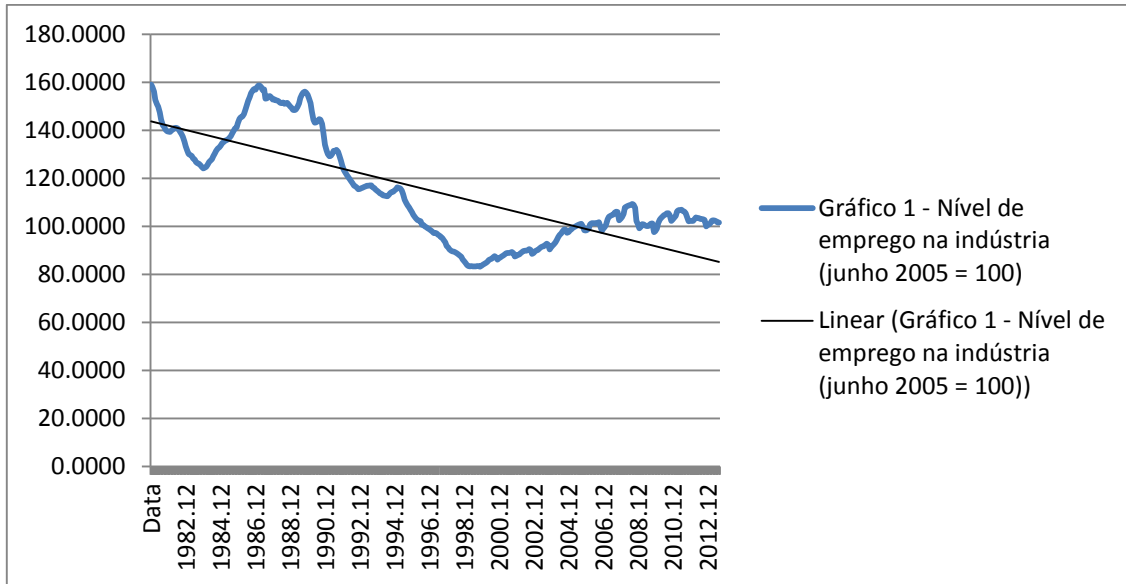
Feijó, Carvalho e Almeida (2005) apud Oreiro e Feijó (2010), também apresentaram evidências contundentes de desindustrialização durante a década de 80 e 90, onde o peso da indústria de transformação caiu de 32,1% do PIB em 1986 para 19,7% em 1998, ou seja, 12 p.p. de queda para o período.

Oreiro e Feijó (2010) em seu trabalho demonstram que as taxas de crescimento da indústria só superaram o PIB em três anos: 2000, 2003 e 2004; nos demais, o PIB cresceu à frente do valor adicionado da indústria de transformação. Essa informação revela uma continuidade da perda de dinamismo da indústria mesmo após 1995, além do que, há uma forte apreciação da taxa de câmbio para o período de 2004-2008, que acompanhou a perda do dinamismo da indústria em relação aos demais setores da economia brasileira.

Segundo dados recolhidos no IPEA DATA, sobre o nível de emprego na indústria entre os anos 1981 a 2013, tomando-os como 100% no período de junho de 2005, é possível observar que ao traçarmos uma linha de tendência média, há uma queda no nível de emprego

industrial no país. No entanto, a partir de 1999, tem ocorrido um aumento deste nível que não chegou ao patamar das décadas anteriores, conforme demonstra o gráfico 2.2:

GRÁFICO 2.2 - Nível de Emprego na Indústria (junho 2005 = 100)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

Outro ponto que merece destaque segundo Oreiro e Feijó (2010) é a avaliação do processo de desindustrialização da economia brasileira em si, decorrente da “doença holandesa”, para isto no decorrer deste trabalho, os autores recolhem dados divulgados do IEDI (Valor econômico, 22/12/2009), que demonstra que, no período de 2004 a 2009, o saldo comercial da indústria passou de 17,09 bilhões de dólares para -4,83 bilhões de dólares. Ao desagregar esse saldo por intensidade tecnológica verificamos que os setores de média-alta e alta intensidade tecnológica não são apenas deficitários, mas também presenciaram um crescimento expressivo do déficit comercial no período no valor de US\$ 2,07 bilhões em 2004 para US\$ 19,19 bilhões em 2009. Ao mesmo tempo, o déficit do setor de alta intensidade passou de US\$ 5,58 bilhões em 2004 para US\$ 12,65 bilhões em 2009. O crescimento do déficit comercial da indústria, principalmente nos setores de maior intensidade tecnológica no período coincide com a redução da participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB. A ocorrência simultânea da perda da importância da indústria no PIB e do aumento do déficit comercial da indústria pode ser um sintoma da ocorrência da “doença holandesa”.

Outro argumento paralelo é apresentado por Bresser-Pereira e Marconi (2008) em que a desindustrialização da economia brasileira seria a típica “doença holandesa”, tendo em vista

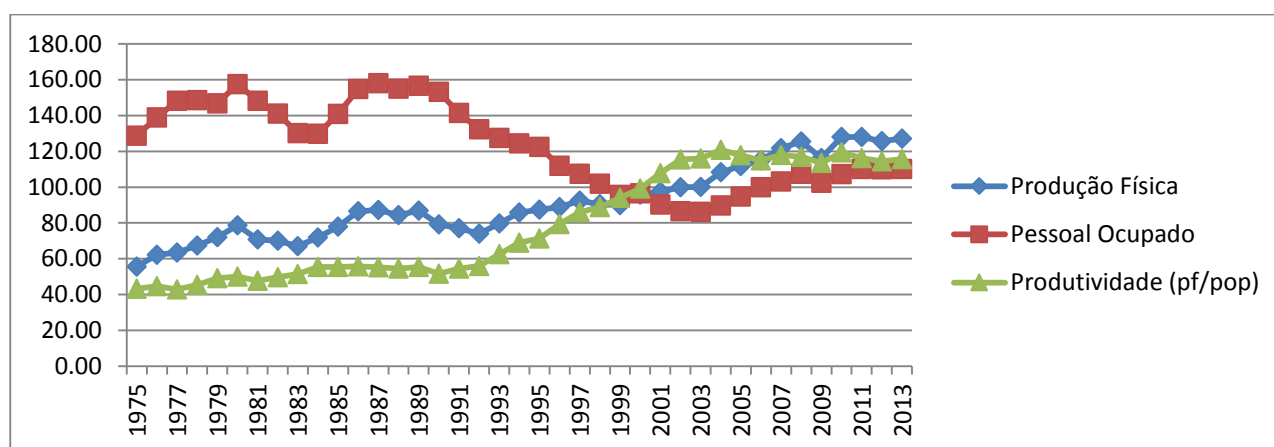
que no período de 1992 a 2007 o saldo da balança comercial de commodities apresentou um superávit crescente de US\$ 11 bilhões em 1992 para US\$ 46,8 bilhões em 2007, ao passo que o saldo da balança comercial de manufaturados passou de um superávit de US\$ 4 bilhões em 1992 para um déficit de US\$ 9,8 bilhões em 2007 podendo até ir além, pois no caso dos manufaturados de média-alta e alta tecnologia a deterioração foi ainda maior. O déficit nessa categoria passou de US\$ 0,7 bilhões em 1992 para US\$ 20,2 bilhões em 2007, ou seja, houve um aumento da participação das commodities e uma redução da participação dos manufaturados na balança comercial durante o período de 1992 até 2007. Também nesse período ocorreu simultaneamente uma perda relativa da importância da indústria na economia brasileira, dessa forma, conclui-se que a desindustrialização é tipicamente do tipo “doença holandesa”.

2.3.2 A Visão de um Processo de Desindustrialização Natural da Economia Brasileira

Bonelli e Pessôa (2010) explicam que a queda no valor adicionado pela indústria na economia brasileira está associada aos momentos de recessão e até crise externa. Além disso, o emprego e o investimento fixo também caíram em função de toda a reforma estrutural que o país passou na década de 1990. De modo geral, toda a produção manufatureira nacional caiu em consonância com o produto interno bruto, pois na década de 1970, o país tinha um padrão de indústria acima do internacional e, com o passar do tempo, houve um retorno ao padrão normal de países com os mesmos indicadores de desenvolvimento. Atualmente o país está abaixo deste padrão normal.

A diminuição da produtividade pela queda da produção industrial é principal ponto onde atacam o país sobre a égide de uma desindustrialização precoce em detrimento dos demais setores. Uma forma de avaliação desta produtividade no Brasil, conforme Nassif (2008), é a razão da produção física sobre o pessoal ocupado. O gráfico 2.3 demonstra a produtividade física, o pessoal ocupado e o quociente entre as duas variáveis para análise da produtividade conforme o autor aponta:

**GRÁFICO 2.3 – Produção Física, Pessoal Ocupado e Produtividade,
no Período de 1975 a 2013**



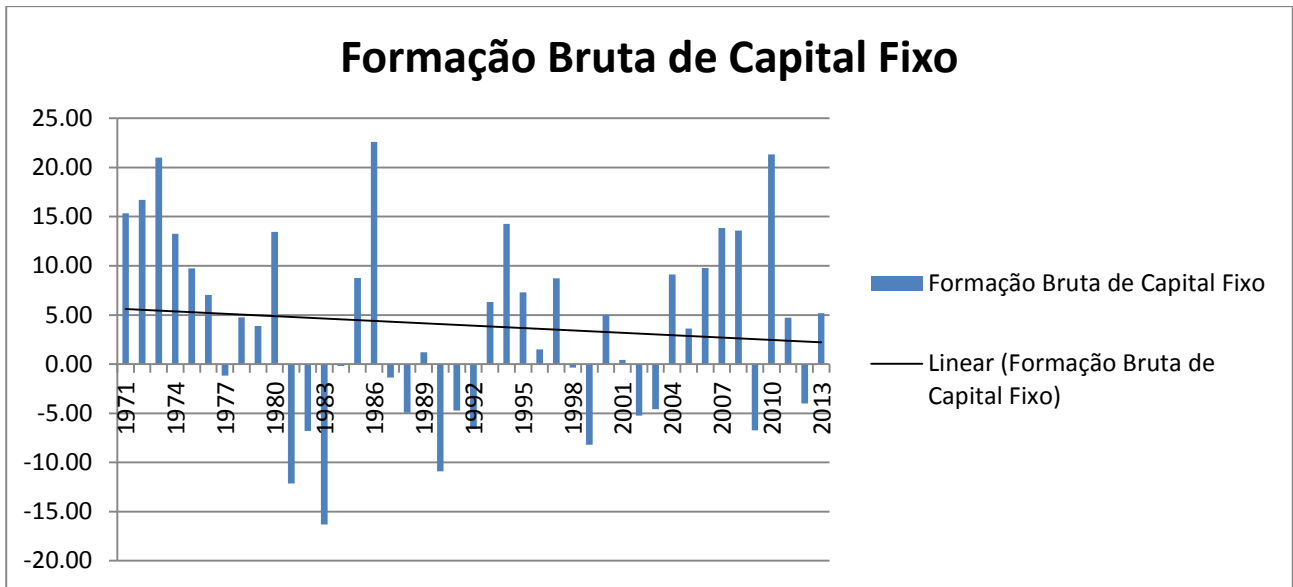
Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

É possível verificar que até a década de 1990 há uma ocupação muito grande da indústria em relação à produção física. De acordo com Nassif (2008), esta baixa produtividade é explicada pelo aumento do pessoal ocupado em proporção à produção industrial realizada no período. Em 1990, há uma intensa queda do pessoal ocupado e crescente expansão da produção, gerando um aumento de produtividade significativo na economia brasileira até 2003. A partir daí volta a crescer o volume de emprego industrial em paralelo à produção, o que novamente faz a produtividade caminhar em certo nível.

Este dado é importante, pois apresenta a fase de ascensão da produtividade brasileira e principalmente a fase de estagnação, ou seja, os dias atuais. Há também a revelação de que o emprego industrial não continua caindo, mas se eleva da mesma que forma que a produção física. Contudo, há um ponto positivo: os ganhos de produtividade e a produção física atualmente são superiores ao número de pessoas ocupadas na indústria nacional.

Outro elemento interessante que Nassif (2008) chama a atenção é o investimento. O gráfico 2.4 apresenta a taxa anual de investimento de 1971 a 2013 com uma linha de tendência linear, que possibilita visualizar a grande queda de investimento que o país tem tido com o decorrer das décadas.

GRÁFICO 2.4 – Formação Bruta de Capital Fixo de 1971 a 2013 (% a.a.)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

O gráfico 2.4 apresenta a formação bruta de capital fixo do Brasil que deixa nítida a enorme variação de ano para ano. Temos na representação três ápices de investimento em 1973 – 20,99%, 1986 – 22,59% e 2010 – 21,33% a.a. Além disso, há três momentos onde a variação foi positiva por no mínimo cinco anos, de 1971 a 1976, de 1993 a 1997 e 2004 a 2008. No entanto, ao traçarmos uma média de cada ano, verificamos uma tendência linear negativa sobre o investimento brasileiro. Estes resultados negativos, segundo Nassif (2008), combinados com a estagnação da produtividade, que não sustentou taxas de crescimento como as da década de 1990, contribuíram para a perda da participação do setor secundário no produto brasileiro.

Nassif (2008) aponta ainda que ao longo dos anos ocorreram profundas mudanças na estrutura produtiva brasileira. Em 1980, por exemplo, a estrutura é totalmente diferente daquela verificada em 1950, onde o setor primário possuía maior participação no PIB Brasil. A redução foi de 24% para cerca de 10%, ao passo que o setor secundário se expandiu tendo sua participação crescido de 18% para cerca de 31% do produto interno bruto. Durante a segunda metade dos anos 1980 há uma queda nesta participação da indústria, bem como no início do processo de liberalização econômica e de todas as outras reformas que ocorreram no período. A indústria já havia reduzido sua participação para 22,7%, ou seja, quase 10 pontos percentuais do seu auge nos anos 1980.

Nassif (2008) conclui então que estas mudanças, a partir da segunda metade da década

de 1980, não podem ser consideradas como uma típica desindustrialização. De acordo com a concepção dada pela literatura econômica também não pode ser considerada como uma desindustrialização precoce da economia, pois autores apontam como causa para a desindustrialização as reformas liberalizantes da década de 1990 tendo em vista que a queda da participação do setor secundário no produto interno bruto nacional ocorreu antes das reformas implantadas no Brasil. Na realidade, estas mudanças parecem decorrer da queda de produtividade que há na indústria durante a década de 1980, em função da forte estagnação econômica, aliada ao período de inflação inercial que o país perpassava na época. Posteriormente, por volta do ano de 1999, a produtividade crescia, contudo, o investimento declinava a níveis baixíssimos, o que impossibilitou o setor secundário de se recuperar e alcançar a participação que possuía anteriormente.

Para a hipótese sobre a “doença holandesa” que Palma (2005) apud Nassif (2008) discorre, ou seja, de que o país durante a época em que foram implantadas as medidas liberalizantes fez com que a moeda fosse apreciada em relação ao dólar e conseqüentemente modificou seu padrão da pauta de exportação para produtos primários e industrializados intensivos em recursos naturais, Nassif (2008) aponta ser necessário para esta confirmação que as indústrias com tecnologia intensiva em escala, deveriam demonstrar perda na participação do valor adicionado, bem como nas exportações totais da indústria. Sendo assim, para uma melhor avaliação dividir-se-á o comportamento das exportações brasileiras em dois períodos: no primeiro de 1989 a 1999, em que houve estagnação da indústria e uma baixa generalizada da venda de bens industrializados devido à apreciação cambial dos anos de 1994 e 1998; e o segundo período, pós 1999 que foi caracterizado por um crescimento extremamente positivo das vendas externas de produtos industrializados. Isto foi possível por diversos fatores, como a tendência de desvalorização do Real entre 1999 e 2003, o crescimento expressivo da economia mundial após o ano de 2003, e um grande aumento do preço de muitas commodities que o Brasil exporta.

Há sim uma mudança do padrão de especialização internacional, na participação de cada setor nas exportações e no PIB nacional. De acordo com Nassif (2008), os setores com tecnologias que são baseadas em recursos naturais e aqueles intensivos em trabalho antes representavam 50% do total exportado em 1989, enquanto que em 2005 esse número foi para 53,3%. Outros grupos identificados com maior eficiência tecnológica decaíram de 49,9% para 46,7% no mesmo período. Por isso, Nassif (2008) conclui:

Entretanto, é prematuro identificar tais mudanças como sintomas de desindustrialização no Brasil, porque no período 1989-2005: a) os setores

com tecnologias diferenciadas e baseadas em ciência aumentaram, ainda que marginalmente, suas participações de 10,1% para 11,1%, e de 3,8% para 4,9%, respectivamente; b) no grupo de setores com tecnologias baseadas em recursos naturais, constata-se que o avanço da participação das vendas externas do segmento de extração de petróleo e gás (para quase 4% do total de bens industrializados) resultou de um efeito estatístico no crescimento das exportações de um produto que, até 1999, teve presença praticamente nula na pauta. (NASSIF, 2008, p. 89)

Então até aqui, não se pode afirmar, segundo Nassif (2008), que o País tenha passado por um processo de desindustrialização, pois não houve uma realocação generalizada dos recursos produtivos dos setores que possuem tecnologias em escala para aqueles baseados em recursos naturais e/ou trabalho. Para uma análise mais profunda do caso, a tabela 2.2 demonstra as exportações brasileiras conforme a intensidade tecnológica no período de 1989 a 2005.

TABELA 2.2 – Taxa de Crescimento e Composição Setorial das Exportações Brasileiras Conforme a Intensidade Tecnológica, de 1989 a 2005 (%)

Setores divididos por intensidade tecnológica	Taxa de crescimento médias anuais (%)					Participação setorial (%)				
	1989 a 1994	1994 a 1999	1999 a 2004	2004 a 2005	1989 a 2005	1989	1994	1999	2004	2005
	Produtos primários	2,66	1,68	16,43	9,44	6,88	11,14	10,77	11,06	13,76
Produtos manufaturados	2,75	0,84	10,57	12,47	4,34	87,90	88,08	88,74	85,32	85,32
Baseados em rec. naturais	4,50	1,97	10,56	17,03	6,30	32,79	34,62	36,06	34,66	35,48
Baixa tecnologia	1,20	-2,64	9,73	8,68	3,00	28,05	25,22	20,85	19,29	18,34
Média tecnologia	5,32	0,36	12,65	11,59	6,33	21,61	23,72	22,82	24,07	23,50
Alta tecnologia	-0,42	16,12	6,81	25,37	8,34	5,45	4,53	9,02	7,29	8,00
Outras transações	17,15	3,73	7,95	-11,50	8,02	0,96	1,15	0,20	0,92	1,50
Total exportado	3,37	1,14	11,44	14,31	5,77	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

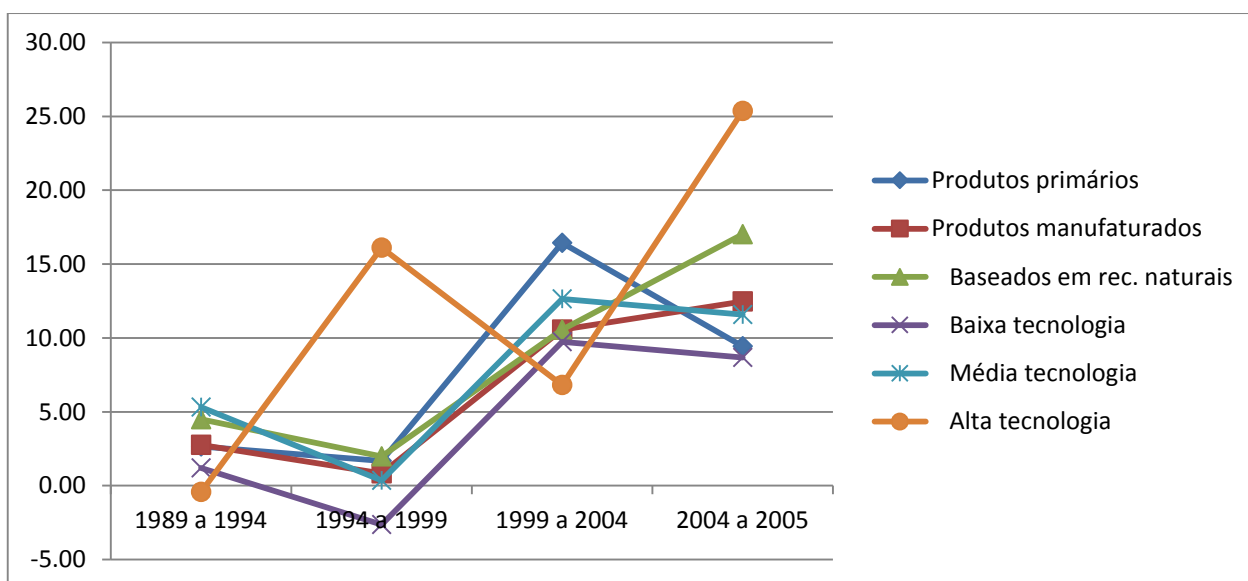
Fonte: Nassif, p. 90, 2008.

De acordo com a tabela 2.2, a participação dos produtos manufaturados na exportação brasileira representa em 2005 cerca de 85%, enquanto no ano de 1989 eles representavam 88%, ou seja, queda de 3 pontos percentuais. Os produtos primários têm em 2005 cerca de 13% da participação do produto, enquanto em 1989 tinham 11%. Um aumento de 2%, demonstrando que praticamente se manteve inalterada a pauta exportadora brasileira tanto dos produtos industriais, quanto dos agropecuários. Além disso, Nassif (2008) aponta que, durante o período de 1989 a 2005, pode-se refutar a possibilidade de o Brasil ter retrocedido a um

padrão de especialização em recursos naturais, pois: 1º) a participação dos produtos primários com os manufaturados intensivos em recursos naturais e os de baixa tecnologia tiveram um decréscimo de 71,98% para 66,99%, cerca de 5% percentuais; 2º) O aumento de 32,79% para 34,66% dos produtos manufaturados intensivos em recursos naturais foi pouco expressivo para caracterizar uma desindustrialização ou até uma doença holandesa; 3º) Tanto os manufaturados de média, quanto os de alta tecnologia tiveram crescimento, respectivamente de 21,61% para 24,07% e de 5,45% para 7,29%.

O gráfico 2.5 ilustra as taxas de crescimento das exportações brasileiras, conforme a intensidade tecnológica. Os manufaturados baseados em recursos naturais têm um crescimento significativo, todavia, são os manufaturados de alta intensidade tecnológica que demonstram o maior crescimento durante todo o período estudado.

GRÁFICO 2.5 – Taxa de Crescimento das Exportações Brasileiras Conforme a Intensidade Tecnológica, de 1989 a 2005 (%)



Fonte: Nassif, p. 90, 2008.

2.4 SETOR DE SERVIÇOS NA PERSPECTIVA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Há uma grande convergência de teorias que demonstram como sentido natural da dinâmica de transformações na estrutura produtiva do capital e da mão de obra como sendo do meio rural para as atividades secundárias, sejam elas indústria de transformação, construção civil e outras indústrias e somente depois se difundirem para o setor terciário, o setor de

serviços. Todavia, há outras teorias que defendem a ideia de que o imigrante rural seguiu primeiramente para o setor de serviços em economias em desenvolvimento, pelo fato de suas atividades não exigirem alta capacitação e somente depois, quando conseguem adquirir o preparo necessário passam para o setor industrial.

Neste mesmo sentido Kon (2004) explica que é reconhecido o fato de que há um limite para a velocidade de elevação dos investimentos nas atividades secundárias, principalmente em países em desenvolvimento pelo tamanho dos seus mercados (tanto interno, quanto externo), além da baixa capacidade de poupança interna necessária para sua evolução, ou seja, países emergentes necessitam realizar uma maior atração de investimento, pois além de possuírem uma baixa captação de poupança, têm um mercado doméstico e internacional pequeno para realizarem um crescimento adequado das atividades industriais. Muitos autores chegam ao consenso de que as atividades terciárias se desenvolvem para atender funções intermediárias e complementares aos outros setores e se ampliam no momento que há capital e mão de obra excedente.

Kon (2004) discorre ainda que atualmente todas estas visões que denotam uma dependência do setor de serviços com relação às outras atividades são tão questionadas quanto o fato de este setor ter menor ou maior indução ao desenvolvimento econômico. Há neste momento uma ênfase no estudo da economia de serviços, ou indústria de serviços, em paralelo com as transformações que ocorrem na economia industrial, ou pós-industrial, isto ocorre principalmente pelo fato de haver uma representatividade muito alta nos custos de produção, como insumos, o setor terciário, além da grande relevância e participação que este setor vem ganhando no produto e emprego dos países.

Com o processo de centralização, concentração de capital e conseqüentemente reestruturação no sistema de gestão e controle dos negócios, houve a necessidade de criação de empresas de serviços auxiliares que dão base para estas novas formas de organização. Kon (2004) demonstra que o desenvolvimento da alta tecnologia, por exemplo, trouxe maior complexidade para administração das firmas e para isto o setor terciário se mostrou fundamental para sua evolução. A multinacionalização é outro fato que ocorreu com a internacionalização do capital e fez com que aumentasse a demanda por serviços externos tanto para os países que originam a empresa, quanto para os que a hospedam.

3 ANÁLISE DO SETOR DE SERVIÇOS

Essa seção apresenta e discute a importância do setor de serviços para o desenvolvimento econômico em seis seções. A principal citação é de Kon (2004), considerada uma referência seminal entre as publicações em língua portuguesa. A primeira parte apresenta as visões dos economistas clássicos sobre o setor de serviços. A segunda discute a conceituação e as formas de classificação das atividades de serviços. A terceira seção mostra quais são as principais propriedades e características do setor terciário. Já a quarta discorre sobre a evolução do modo de produção e do setor de serviços. A quinta seção denota as mudanças que houve na estrutura ocupacional do Brasil e a sexta aborda as atividades de serviços na perspectiva da indução do desenvolvimento. Além dessas seções, na sétima (3.7) é apresentada uma síntese conclusiva do capítulo.

3.1 CONCEITOS TRADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE SERVIÇOS

Conforme Kon (2004), a discussão sobre a atividade terciária ser considerada produtiva, ou não, é anterior aos primeiros conceitos formulados sobre este setor e sua concepção como diretamente geradora de produto e indiretamente de riqueza foi evoluindo com o decorrer da história. Somente nos dias atuais que ela tem ganhado sua devida importância nas estruturas econômicas dos países.

Myrdal (1984) apud Kon (2004) demonstra que antigamente o valor no setor de serviços tinha sua concepção como uma qualidade intrínseca dos bens. Esta teoria foi uma das que mais tiveram influência sobre todas as outras que buscavam explicar este setor. Contudo, tanto a utilidade, quanto os custos do trabalho têm grande relevância para a formação do valor, pois o valor corresponde ao trabalho realizado e todos os bens contêm trabalho daqueles que os produzem, desta forma, os serviços imateriais também necessitam ser valorados pelo trabalho que o compõem.

3.1.1 Visão tradicional sobre o valor do setor terciário

Segundo Kon (2004) a concepção de valor surge para os fisiocratas com o trabalho agrícola, ou seja, apenas ele era produtivo e capaz de gerar riqueza, o solo era o único fator de produção essencial à reprodução humana, logo, as atividades de manufatura e todas as outras

eram “estéreis”, isto não quer dizer que eram desnecessárias, mas que apenas os trabalhos que envolviam diretamente a natureza geravam excedente real e conseqüentemente formas adicionais de riqueza. Posteriormente, a economia política clássica surge com o objetivo de buscar uma maior compreensão da sociedade industrializada e do sistema capitalista da época. Estes pensadores reconheciam as atividades terciárias como contribuinte para o sistema, todavia não possuíam um caráter “produtivo” em si. Smith, por exemplo, contestava todas as formas de excedente que eram gerados pelo setor de serviços, pois eram consumidos no mesmo momento de sua produção, mas ele apreciava a importância de sua existência no comércio e em outros serviços. Nas palavras dele:

Outras das mais respeitáveis ordens da sociedade (...) de empregados como religiosos, advogados, atores, bufões, músicos, cantores de ópera (...) desde que sua produção geralmente parece no mesmo instante de seu desempenho, e raramente deixa algum traço ou valor atrás de si. (SMITH, 1952 apud KON, 2004, p. 6).

Silva e Meirelles (2006) denotam que Smith possuía uma visão material de todo o processo de valorização do capital, ou seja, para que um bem tenha valor ele deve ser físico, concreto e estocável, logo, um trabalho produtivo é aquele que pode ser reproduzido de modo a acumular riqueza, e o trabalho improdutivo não possui estas características, como é o caso do setor terciário que, para ele, não armazena valor e não impulsiona novas atividades, deixando de contribuir para o desenvolvimento de um país.

De acordo com Kon (2004), Malthus faz uma reinterpretação das ideias de Smith com um aporte onde eleva a importância do setor terciário para o incremento da riqueza, dando ênfase à utilidade do termo produtivo, ou seja, para aquilo que produz riqueza, deveria haver alteração dos termos produtivo e improdutivo para mais produtivo e menos produtivo em todos os setores. Em suas palavras:

Se não restringirmos a riqueza a objetos tangíveis e materiais, podemos considerar todo o trabalho produtivo, mas produtivo em diferentes graus; e a única alteração que seria preciso fazer no trabalho de Adam Smith – no interesse desse modo de ver a questão – seria a substituição dos termos produtivo e improdutivo por mais produtivo e menos produtivo (MALTHUS, 1983, apud KON, 2004, p. 6).

Say (1983) apud Kon (2004) atribui uma nova concepção às atividades produtivas relacionando-as ao conceito de indústria, que são basicamente três tipos: a agrícola, que colhe os produtos da natureza; a manufatureira, que faz os processos de separação, mistura e modelagem dos produtos que a natureza proporciona com o objetivo de se adequar às nossas necessidades e; a indústria comercial, que nos traz os objetos que necessitamos. Esta é considerada como tal, pelo fato de todos os produtos, sejam eles materiais ou imateriais, deverem ser avaliados como produtos *per se*, desde que sejam criados pela indústria. A

indústria comercial, por exemplo, aumenta o valor de um produto pela realização do transporte de um local a outro, desta forma, pode ser dizer que o produto dela é o comércio. Esta definição é de suma importância, por ser um dos pioneiros na preocupação com o relacionamento entre os setores produtivos, bem como seus efeitos “para frente” e “para trás” e o caráter complementar e dinâmico que algumas atividades terciárias exercem sobre todos os outros setores da economia.

Já List (1983) apud Kon (2004) critica as teorias dos clássicos, pois a ideia de “forças produtivas”, onde somente o trabalho físico é causa da riqueza, é negado. Segundo ele a maior parte do consumo de uma nação é utilizada para a educação da geração futura, como também para a promoção e sustentação de todas as forças produtivas futuras da nação. Para List (1983) o capital mental é quem faz resultar o progresso para a ciência, para as artes, para a legislação doméstica e pública e é ele o principal responsável pela elevação de todo o potencial natural que é voltado para a reprodução da humanidade.

Mil (1983) apud Kon (2004) também desenvolve em uma parte de suas teorias, a análise do trabalho do setor terciário como sendo um dos agentes de produção. Ele faz menção não somente os produtos materiais, mas também às atividades do setor de serviços, chamando atenção, principalmente, àquelas atividades referentes à proteção da agricultura e manufatura, como armazenagem, proteção judicial e policial, às que tornam o produto acessível, como transporte e comercialização e também às atividades que aumentam a capacidade do ser humano, como educação, médicos e trabalhos de pesquisa e invenção. Mil (1983) faz também uma classificação do trabalho da seguinte forma, existe um tipo de trabalho fixo, que é incorporado aos objetos materiais, outro tipo de trabalho fixo, que é incorporado nos seres humanos e que aumentam suas qualidades, e os que não são fixos, que não se incorporam nos objetos, se configurando como um simples serviço prestado. Desta forma, para ele, somente a última categoria não pode ser relacionada com o trabalho produtivo por não incorporar riqueza à nação diretamente, existe apenas no momento em que está sendo desfrutado, mas não é improdutivo pela conotação depreciativa que há na denominação.

Por fim, Marshall (1982) apud Kon (2004) denota o termo produtivo em seu significado mais contemporâneo, ou seja, como produtividade e sua eficiência na produção, pois deste modo não o classifica apenas com uma ótica normativa, mas dá o real conceito à atividade. Marshall (1982) faz uma relação do aumento da satisfação com o aumento da procura por serviços, ou seja, em sociedades onde há certo grau de evolução dos processos produtivo, há novas necessidades que demandam novos serviços, sejam eles de capacitação humana,

comércio, transportes e etc. Há neste ponto, segundo Kon (2004), a possibilidade de se observar a complementaridade que o setor terciário possui com as atividades de produção, manufaturados e agrícolas.

3.1.2 Teoria sobre a ascensão dos serviços

Marx (1933) apud Kon (2004) discorre sobre a análise da formação do valor das mercadorias, onde existem diversos fatores que geram grande influência nas forças produtivas, ou seja, como o setor de serviços gera aperfeiçoamento da produção. De acordo com Marx (1933) tanto as condições que a natureza proporciona para o aperfeiçoamento do trabalho (fertilidade, jazidas minerais e etc.), quanto as forças sociais do trabalho podem e têm que progredir com o objetivo de causar redução do espaço e tempo de trabalho, bem como aperfeiçoar os meios de comunicação, os transportes e todos os demais serviços, pelo fato de serem importantes para forças naturais que servem ao trabalho.

Marx (1867) apud Silva e Meirelles (2006) não classifica uma atividade como produtiva ou não, pela sua materialidade, mas se de fato ela agrega ou não valor. A compra e a venda, para ele, não é simplesmente uma relação entre objetos tangíveis, mas sim uma relação social. Logo, uma atividade para ser produtiva tem ser baseada em uma relação capitalista de produção, isto quer dizer que é preciso uma geração de mais valia sob a forma de lucro para ser definida, ou não, como uma atividade produtiva. Em outras palavras no processo de produção há sempre uma junção entre o trabalho manual e o intelectual, de forma que não há necessidade de que um produto tenha que ser tocado para que seja considerado produtivo, é necessário apenas ter uma parcela do trabalho coletivo que produz efetivamente determinado produto.

Schumpeter (1983) apud Kon (2004) também demonstra essa noção de complementaridade entre os trabalhos, ao falar sobre o processo de produção e classificação dos bens em um tipo de ordenamento, de acordo com a sua distância do ato inicial e final do consumo. Ele demonstra que a produção *per se*, não concebe o produto no sentido físico, mas existe o envolvimento de todas as forças produtivas atuantes, pois é da combinação de diferentes processos que realmente cria-se um produto, sendo que essas forças e esses processos são parcialmente materiais e parcialmente imateriais.

Kon (2004) afirma ainda que os Marxistas analisam o setor terciário como sendo em grande parte improdutivo, no sentido de que são gerados os bens de luxo, armamentos,

serviços e artigos que indicam posição social e não têm propósito para o desenvolvimento econômico. Os Keynesianos já acreditam que todas as atividades que recebem uma recompensa monetária podem ser consideradas como úteis e produtivas por definição. Já os Schumpeterianos consideram os serviços como complemento à produção, mas têm grande relevância ao consumo, que nada mais é que o principal objetivo da produção, sendo desta forma, imprescindíveis para toda a atividade produtiva.

Mill (1848) apud Silva e Meirelles (2006) chega a um princípio onde uma atividade - seja ela tangível ou não, - é produtiva quando passa a incorporar no estoque de riqueza do país. A educação, por exemplo, pode ser considerada como produtiva na medida em que se o homem se apropria do conhecimento e utiliza na geração de um novo produto, adicionando valor à economia do país.

3.2 CONCEPÇÃO, DEFINIÇÃO, CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DO SETOR TERCIÁRIO

De acordo com Kon (2004), a diferença entre a produção de bens tangíveis e intangíveis, desde a época dos fisiocratas, era o fato do primeiro ser totalmente oposto ao segundo. Os bens intangíveis (os serviços) eram classificados como atividades não produtivas, no entanto, com as grandes transformações no sistema econômico mundial, a globalização e a tecnologia têm proporcionado esta modificação na abordagem dos bens intangíveis, sendo esta totalmente reestruturada.

Riddle (1986) apud Kon (2004) explicita sobre a industrialização ser tradicionalmente operações de manufatura, todavia, os serviços também possuem características industriais, onde graças à revolução industrial todas as relações de produção manufatureira, financeira, de transportes e comunicação se modificaram como estrutura, ganhando grande relevância e parte essencial de um todo para que o sistema possa se desenvolver.

Kon (2004) aponta que, com a industrialização, o setor de serviços ganhou “rótulos” como setor “terciário”, “residual” e “pós-industrial”. Fischer (1935) foi quem se referiu pela primeira vez sobre termo “terciário” e isto ocorreu pelo fato dos termos “primário” e “secundário” terem sido utilizados para indicar o setor agropecuário e manufatureiro, respectivamente. Os serviços na época tinham uma conotação de atividades com menor grau de relevância, ou seja, um terceiro nível de importância, contudo, Fischer ao se referir ao setor

terciário faz menção a um terceiro grupo de atividade econômica, além dos dois já analisados pelos economistas.

Hill (1977) apud Kon (2004) demonstra um conceito muito apreciado no meio acadêmico, onde os serviços não são considerados “bens imateriais” e de fato também não há como classificá-los como modelos de troca pura tipo Walrasiano, pois normalmente não são transferíveis de uma unidade econômica para outra. Este setor possui então características únicas, de forma que suas peculiaridades não possam ser determinadas pela tecnologia empregada; um exemplo disto é sua durabilidade ou até sua transportabilidade. Em muitos casos, os serviços são permanentes e/ou irreversíveis e/ou transportáveis, como é o caso dos programas de software para computadores, há também aqueles que são transportáveis somente por avião ou por telecomunicações, como é o caso de consultoria legal, administração, engenharia. Há uma variedade imensa quanto sua classificação, muitas vezes é difícil até discernir o que é um bem e o que é um serviço, logo, a linguagem que define a manufatura e os serviços está cada vez mais em desuso. As economias são, atualmente, um emaranhado com diversas atividades que possuem um envolvimento com diferentes combinações do setor de produção com o setor de serviços.

Neste âmbito, Castells (1989) apud Kon (2004) coloca que deixou de existir um setor de serviços em si, que ele evoluiu para um setor de atividades que se expande conforme a sociedade vai progredindo. Essas atividades de serviços mostram-se essenciais diante do cenário globalizado que o mundo se encontra, pois interligam a agricultura e a manufatura para que o consumo seja realizado, além de aperfeiçoar os gerenciamentos das organizações e instituições da sociedade.

Há quatro grandes definições mais recentes dos serviços, conforme Kon (2004), p. 28:

- A indústria de serviços é análoga a uma indústria de bens, só que produz serviços, como por exemplo, a indústria de transportes, o comércio atacadista, o varejista, o de seguro e etc.;
- Os serviços intensivos em trabalho são bens de consumo, ou intermediários intangíveis, que são consumidos no mesmo momento em que são produzidos;
- Os serviços fazem parte dos componentes do Produto Nacional Bruto que mede os itens intangíveis;

- Por fim, existem os serviços que são referidos como bens intangíveis por terem como principal característica serem consumidos na maioria das vezes, no mesmo tempo em que ocorre sua produção.

Os serviços são cada vez mais heterogêneos, dificultando a criação de critérios para sua classificação, eles se inovam e há um aumento crescente da participação popular em suas operações, como é o caso dos autosserviços. Kon (2004) afirma que essa atividade tem crescido em proporções cada vez maiores em razão das próprias necessidades que têm surgido durante o processo de globalização verificada intensamente desde a década de 1980.

Silva e Meirelles (2006) classificam as atividades de serviços basicamente em duas categorias: os serviços intermediários e os serviços finais. Os intermediários, também chamados de serviços produtivos, são aqueles cujo cunho é o desenvolvimento econômico industrial e empresarial. Já os finais, nada mais são que os serviços de consumo, onde sua finalidade é o uso individual, que agrega os serviços domésticos, de lazer e entretenimento, e os de uso coletivo (saúde, educação e segurança).

O processo de globalização e toda a revolução econômica que os serviços proporcionaram na transformação da economia internacional, tanto possibilitou quanto ampliou o processo globalizado de produção, bem como a subdivisão das partes do processo produtivo em diferentes economias. Kon (2004) aponta que essa ampliação da produção interna e a internacionalização de toda a atividade econômica traz por consequência o crescimento dos serviços às empresas, que são usualmente intensivos em conhecimento e informação. Toda essa crescente relevância que as atividades de serviços têm gerado, faz com que sua análise perpassa àquela visão tradicional e incorpore não só as novas formas de conceituação e mensuração, mas também que seja criado um novo tipo de avaliação dos impactos da atuação dos serviços sobre a geração de valor de todas as outras atividades econômicas e sobre a acumulação de riqueza por toda a economia.

3.3 PROPRIEDADES E CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS

De acordo com Kon (2004) desde a época dos fisiocratas são buscadas formas de se caracterizar as funções das atividades de serviços, no entanto, este setor passa por grandes e constantes transformações em sua natureza e em suas características ao longo do desenvolvimento da tecnologia. Logo, existe dificuldade em se determinar a dinâmica que

cerca essas mudanças. Uma das formas que os autores encontraram para solucionar este problema é partir da determinação da relação entre o produtor e o consumidor, mesmo sendo uma abordagem básica, podemos buscar certas definições, pois eles têm em maior ou menor grau, um envolvimento para o fornecimento do serviço. Fornecimento este que possui uma combinação muito única, pois ele une o conhecimento específico com a necessidade do consumidor, bem como com sua condição, com o conhecimento e com a técnica daquele que fornece a atividade. Contudo, há certos problemas no envolvimento entre estes agentes. Os autores chamam a atenção para a questão geográfica, pois há uma diferença muito grande de valores cobrados pelo mesmo serviço em diferentes áreas. Muito embora as telecomunicações auxiliem na diminuição destes impactos territoriais ainda há uma assimetria muito grande de qualidade e preço.

Os produtos originários dos serviços são totalmente diferentes dos produtos materiais no que se refere à condição de transformação para mensuração de seus conceitos econômicos. Kon (2004) explica que não há oferta e demanda bem definida no fornecimento da maioria dos serviços, dificultando a formação do preço padrão resultante. De fato, a formação do preço tende a se refletir pelos custos dos insumos, número de horas trabalhadas, por exemplo. No entanto, ele vai além de avaliações subjetivas (valor de uso e utilidade) que são diferenciadas para um mesmo produto.

Silva e Meirelles (2006) apontam que há basicamente três características singulares do setor de serviços que se diferenciam dos demais. Primeiramente, o fluxo, onde um processo só se inicia quando é solicitado por um usuário e este serviço acontece de um modo contínuo no tempo e no espaço com duas propriedades, a inestocabilidade e a incomensurabilidade. Ele não pode ser armazenado e possui uma dificuldade muito grande em ser mensurado. A segunda característica é a variedade, pois existe uma quantidade enorme de técnicas produtivas e de empresas que realizam uma só atividade com taxas de lucro diferentes. Por fim, a última é o uso intensivo em recursos humanos, este fator é imprescindível, pois mesmo havendo progresso técnico ele se faz necessário pela grande interatividade que há em todas as relações entre os setores que percorre até a chegada a seus consumidores.

Há outros critérios para identificação das atividades de serviços que especificam as funções e as propriedades dessa atividade, segundo Kon (2004) e com auxílio do quadro 3.1 demonstram-se estas características:

QUADRO 3.1 - Características Gerais das Atividades de Serviços

Nomenclatura da característica	Condição da característica
Materialidade	Serviços que criam produtos intangíveis e perecíveis, consumidos no ato de sua produção e que não podem ser estocados.
Efemeralidade	Existência rápida, passageira, fugaz (efêmero).
Interação consumidor/produtor	Alto contato entre o consumidor e o fornecedor, seja física ou por comunicação remota e constante, em geral nessa característica o consumidor tem participação dentro do processo de produção, como em aulas de ginástica ou restaurante, se moldando à demanda momentânea daquele que o consome.
Intensidade do trabalho	Tanto a qualificação quanto a habilidade do produtor é vendido ao consumidor e os serviços nem sempre podem ser produzidos em massa.
Localização	As instalações das atividades de serviço são localizadas de forma descentralizada e mais próximas ao consumidor, advindo da proliferação de pequenas empresas e/ou grandes empresas com unidades de produção descentralizadas geograficamente.
Eficiência	Medidas de eficiência dos serviços são subjetivas e o controle de qualidade envolve o consumidor que está embutido dentro do processo de produção.
Estocagem	Incapacidade de ser estocado, mantido ou até trocado.

Kon (2004) exemplifica que há os serviços que são automatizados e realizam vendas através de máquinas (alimentos, refrigerantes, entradas de cinema, lavagem de automóveis e etc.); outros que abrangem os serviços que são monitorados por operadores e que não necessitam de grande qualificação (cinema, táxi e etc.) e equipamentos operados por pessoal especializado (computadores, linhas aéreas, entre outros). Com relação à intensidade de trabalho isoladamente, a autora discorre sobre os serviços que possuem grande mão de obra e baixa intensidade de capital, ou seja, os que têm pouca qualificação (zeladores, faxineiras, carregadores) e aqueles que têm alta qualificação (conserto de eletrodoméstico e de outros equipamentos, encanadores), além dos serviços profissionais (advogados, contadores, economistas, médicos). No que tange à localização, tem ocorrido muitas discussões, pois com a evolução da comunicação e da informática, o contato entre produtor e consumidor tem sido possível através de longas distâncias, como é o caso dos comércios onde os pedidos são efetuados por catálogos impressos ou pelo computador e a entrega é realizada por transporte de carga. Além disso, existem também os serviços bancários, onde tudo é realizado pelo computador e pela internet.

Por outro lado, uma das grandes dificuldades deste setor é a formulação de uma teoria econômica específica. Kon (2004) aponta que uma forma de realizar esta formulação é verificar a partir de toda a repercussão que ocorre com a inovação tecnológica que serviços realizam em outras atividades da economia. Os serviços profissionais, por exemplo, geram informação e conhecimento para desenvolvimento de qualquer segmento, agregando valor e consequentemente aumentando a produtividade. Neste sentido, faz-se necessário indagar sobre o pensamento tradicional da baixa produtividade, ou até sobre a estagnação produtiva como sendo uma das características principais dos serviços, face à grande competitividade que existe atualmente. Cada vez mais se faz necessário que as empresas despontem para alcançar a diminuição de custos e a diferenciação do produto, pois os serviços se tornam essenciais para a realização das atividades inovadoras, além das mudanças geradas em decorrência deles na produtividade, no planejamento e no direcionamento destas empresas. O grande problema que Kon (2004) determina é o fato de a mensuração da produtividade pelas características que as atividades de serviços possuem. A autora afirma que:

Contudo, é difícil colocar em operação o conceito de produtividade nos serviços (assim como em algumas manufaturas), em particular naqueles que apresentam rápidas mudanças qualitativas e com alto grau de personalização ou com uma forte integração produtor-usuário. Contribuem para isso as dificuldades em distinguir entre a aplicação de medidas tradicionais de produtividade e a aplicação de medidas de utilidade do consumidor. A começar pela imaterialidade dos serviços com a consequente dificuldade de mensuração em termos físicos, associada à diversidade

de aspectos qualitativos que um mesmo serviço pode oferecer tanto em uma comparação *cross section* quanto intertemporal. (KON, 2004, p. 53).

Com a tecnologia da informação houve uma transformação da economia mundial como um todo, pois tudo que é produzido tem tido sua composição alterada de forma a haver uma complementaridade cada vez maior dos bens juntamente com os serviços. Kon (2004) aponta que isto se deve ao fato de a produção em massa ter sido substituída pelo desenvolvimento de novos serviços que possuem maior diferenciação dos produtos. A evolução da tecnologia fomentou toda essa mudança no cenário produtivo, o que, por conseguinte, fez com que os serviços de informação e comunicação ocupassem um papel essencial no processo de desenvolvimento. Um exemplo do conteúdo de informação que atua na fronteira de bens e serviços é o computador que é carregado de softwares. Seu valor de uso material está indiretamente ligado à forma de utilização da informação dos serviços, pois ele possui a capacidade tanto de armazenar, quanto de transferir e interpretar os dados de informação. Isto posto, podemos verificar que um produto gerado por um trabalho de serviço pode ser materializado em um bem em alguns casos. Tanto este caso, como o caso dos livros e outras publicações, têm a forma de material de um trabalho intelectual dos serviços (a natureza física do bem que resulta), por este motivo, os analistas consideram este serviço como um bem material, ou seja, um programa (software), por exemplo, para ser posto em uso na produção está alocado em um computador e este só funciona a partir daquele, isto caracteriza o produto como o resultado de um serviço.

Kon (2004) determina ainda que, dentro do processo de produção, há também serviços como sendo insumos intermediários, pois contribuem para que seja realizado o produto. É o caso dos serviços de consultoria para construção de uma indústria. Há neste caso a utilização da atividade de serviços para a realização do bem. Desta forma, podemos observar que a produção de alguns bens inclui o consumo intermediário dos serviços, da mesma forma que a produção de serviços pode incluir os insumos materiais.

3.4 REESTRUTURAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Com a evolução tecnológica, principalmente na área de comunicação e de informação, o mundo tem sido conduzido à industrialização dos serviços pela grande alteração no relacionamento entre produtor e consumidor, o que conseqüentemente gerou novas

modalidades e formas de serviços. De acordo com o Kon (2004), outro impulso que favoreceu essa industrialização dos serviços se deu pela mudança do paradigma fordista, para o toyotismo, onde as economias de escala ainda sobrevivem no mercado. As economias de escopo passaram a dominá-lo, havendo assim uma grande tendência para que a produção em série diminuísse e que a competição aumentasse, no quesito qualidade e atendimento à demanda, pelo fornecimento de serviços que diferenciem o produto em si. A globalização decorrente desta grande alteração que houve, tanto nos meios de produção, quanto nas mudanças tecnológicas conduziu o mundo para a modernização dos serviços gerando um aperfeiçoamento do processo de trocas internacionais.

Kon (2004) explica que nas décadas de 1950 e 1960 havia uma dominância nos países desenvolvidos de empresas manufatureiras que ao se expandirem na busca pelo lucro, transferiram não só a produção para locais onde a mão de obra era mais barata, mas também separaram os trabalhos administrativos daqueles burocráticos, os de controle e pesquisa daqueles de produção e possibilitaram assim a especialização flexível que enfrentou a crise econômica do pós-guerra. Todo este processo decorreu de evolução de todo o sistema, pois durante a época do fordismo, todo o gerenciamento era realizado pelo progresso técnico e todo o processo de trabalho era organizado em hierarquias, que tinham como objetivo a substituição do trabalho humano pela máquina. Contudo, as cidades cresceram e houve a diferenciação entre as áreas de trabalho, de lazer e de atividades domésticas. O progresso técnico que era ligado diretamente aos processos sistemáticos que cunhavam a desqualificação das categorias de ocupação e tornavam o trabalho extremamente hierárquico, onde a base de toda indústria que detinha a massa de trabalhadores era composta por aqueles não qualificados.

No final da década de 1960 este modo de produção começou a apresentar obstáculos. Houve uma diminuição crescente da produtividade em relação aos custos dos salários e paralelamente ocorreu uma explosão de novas tecnologias da informação, que aperfeiçoavam a coordenação de filiais e possibilitaram a reformulação de serviços através de máquinas eletrônicas e de automação flexível da manufatura. Todos esses acontecimentos culminaram em combinar uma mecanização pesada com a produção em pequenos lotes. Kon (2004) denota que toda essa reestruturação para o toyotismo foi resultante das mudanças tecnológicas ocorridas no período, pois ela abriu portas para uma forma mais flexível de trabalho e de processos produtivos que se caracterizam por uma mão de obra mais qualificada, até porque aquele tipo de trabalho mais barato e com menos qualificação já não demonstrava vantagens comparativas. Neste contexto houve também uma internacionalização do capital, onde os

investimentos destinados à produção passaram a buscar economias que pudessem oferecer serviços mais especializados e sofisticados, logo, os países desenvolvidos e em desenvolvimento tiveram que passar por um processo de readequação de sua estrutura produtiva com o objetivo de oferecer a esses novos investimentos todo o alicerce de um novo paradigma que o mundo estava se adaptando.

Percebe-se que com o desenvolvimento da economia há a constante necessidade de inovações tecnológicas nas áreas de informática, de comunicação, organizacional e comercial com o objetivo de atender as novas demandas de mercado. Silva e Meirelles (2006) discorrem que dentre estas transformações há um destaque para a redução tendencial de algumas propriedades deste novo modo de produção, conhecido como flexível, são elas a inestocabilidade, a intangibilidade, a simultaneidade e a interatividade pessoal entre aqueles que produzem e consomem as atividades de serviço.

É possível ainda inferir neste ponto que há um processo de reorganização das categorias ocupacionais ao longo dos anos. Segundo Kon (2004) pode-se observar que durante as décadas de 1970 a 1990 todos os países, sem distinção de renda, têm decrescido suas ocupações no campo (tanto na agricultura, quanto no meio rural) e aumentado em todas as outras categorias com enfoque nas ocupações dos serviços que ultrapassam as ocupações na indústria e nos transportes. Nos países de alta renda essa representatividade que os serviços têm em ascensão, em contraponto ao decréscimo da agricultura, denota todo o processo de reestruturação industrial e de terceirização dos serviços como tendência mundial. Portanto, há que se visualizar o processo de desenvolvimento dos serviços como um elemento essencial para toda a reestruturação econômica e social que dá forma à nova demanda global, ou seja, uma indústria com tecnologia e força de trabalho mais flexível, que responde com mais agilidade às mudanças que o mercado gera, além da competição internacional que exige um padrão diferenciado de produção.

Marshall e Wood (1995) apud Kon (2004), p. 72, dão ênfase e discorrem sobre a origem desta crescente relevância que os serviços têm na mudança estrutural ocorrida, ou seja:

- Há uma crescente interdependência da produção de bens com a atividade de serviços, pois na criação de um bem ocorrem trocas de materiais e serviços, envolvendo fornecedores, consumidores, subcontratados, consultores e etc.;

- Os serviços têm absorvido um valor cada vez maior, pois eles contribuem para a manipulação tanto de matérias primas, quanto de informação, capital e trabalho, seja ela na área da produção ou do consumo;
- A forma com que o local possui, no quesito qualificação e especialização das suas atividades de serviço, tem influência sobre todo o padrão que se institui ao redor, ou seja, dada a complexidade, bem como a diversidade e a modernização dos serviços em um determinado local, há um estímulo à aglomeração principalmente das funções de alto nível e das funções rotineiras de uma forma geral que acabam por serem dispersas em várias economias, muito embora sejam controladas de maneira centralizada. Tudo isto nos remonta a uma tendência em que as regiões urbanas têm tido nos tempos atuais, a descentralização, pois a especialização dos serviços causa grande influência na localização manufatureira, bem como realiza capacitação técnica e material para todos os processos produtivos que sofrem constantes transformações e necessitam de qualificação organizacional e gerencial;
- Por fim, todas as mudanças técnicas incitam à criação de novas modalidades de serviços, pelas oportunidades que são geradas e que podem ser exploradas.

3.4.1 Evolução do setor terciário em economias variadas

Através de uma análise da evolução do produto em diversos países Kon (2004) aponta que, através de diferentes níveis de desenvolvimento econômico, é possível verificar que inicialmente os serviços se expandiram em economias industrializadas de renda alta, para posteriormente se propagar às economias de renda média alta. Esta última, por sua vez, possui uma taxa média de crescimento do valor adicionado relativamente menor quando comparado com os países de renda baixa e renda média baixa (isto não se refere a valores absolutos) e isto ocorre por causa da estrutura produtiva dos setores de serviço, elas são relativamente menos representativas e conseqüentemente acabam por ter taxas de crescimento com um patamar inicial muito baixo, além de sofrerem maior impacto às mudanças ocorridas tanto interna quanto externamente.

Kon (2004) demonstra ainda que os países de renda baixa na década de 1980 possuem taxas de crescimento do valor adicionado pela indústria no mesmo patamar dos serviços, algo em torno de 5,5%, conforme dados do Banco Mundial. Já nas economias de renda média

baixa, esta taxa de crescimento industrial, superou a dos serviços, respectivamente, 6,1% e 5,3%. Na década de 1990, essas taxas tiveram uma queda, a produção industrial nos países de renda baixa apresentaram cerca de 1,1% e nos de renda média baixa 5,4%, já os serviços tiveram uma queda menor, respectivamente, 4,7% e 3,7%, além do que a participação dos serviços no produto destes países menos desenvolvidos cresceram durante estas duas décadas, alcançando 43% e 46% respectivamente (vide tabela 3.1).

TABELA 3.1 – Estrutura Produtiva e Distribuição Setorial do Produto (%)

Setor Econômico	Primário	Secundário	Serviços	PIB
Renda Baixa				
Distribuição				
1970	47	19	34	100
1980	34	32	32	100
1990	29	30	41	100
1999	27	30	43	100
Renda Média Baixa				
Distribuição				
1970	32	26	42	100
1980	18	40	42	100
1990	21	39	40	100
1999	15	39	46	100
Renda Média Alta				
Distribuição				
1970	15	34	51	100
1980	8	47	45	100
1990	8	39	53	100
1999	7	32	61	100
Renda Alta				
Distribuição				
1970	4	40	56	100
1980	5	36	59	100
1990	3	31	64	100
1999	2	34	64	100

Fonte: Kon, 2004, p. 75.

De acordo com a tabela 3.1 podemos observar que na medida em que cresce o nível de desenvolvimento de um país, cresce a importância dos serviços no peso da participação do

produto do país. Os países de renda média alta já atingiram 61%, enquanto os de renda alta possuem cerca de 64%, ou seja, há um modelo de expansão econômica que todos os outros países têm seguido. Em outras palavras:

“Como salienta David Mckee (1988) uma das funções das atividades de serviços nas economias nacionais, além de sua localização urbana, é o fato de elas virem sendo reconhecidas como facilitadores ou reforçadoras do impacto sobre os polos de crescimento, ou seja, sobre as atividades que lideraram tanto de forma quantitativa quanto qualitativa a determinação dos padrões de expansão em âmbito nacional.” (DAVID MCKEE, 1988 apud KON 2004, p. 79).

Kon (2004) faz uma análise também da estrutura ocupacional dos países a partir do seu nível de desenvolvimento, conforme tabela 3.2:

TABELA 3.2 – Estrutura Ocupacional dos Países por Nível de Desenv. (%)

Categoria Ocupacional	Período	Renda Baixa	Renda Média Baixa	Renda Média Alta	Renda Alta
Profissionais e Técnicas	1970	2,1	4,8	5,9	12,1
	1990	4,0	5,1	6,6	15,1
	2001	10,2	12,6	13,6	29,0
Gerenciais	1970	0,2	1,2	1,1	6,4
	1990	0,7	1,0	2,3	8,5
	2001	6,2	7,7	7,6	13,4
Administrativas	1970	1,3	3,8	7,4	15,4
	1990	2,6	5,7	7,6	15,6
	2001	11,5	12,3	10,5	13,2
Comércio	1970	5,4	7,1	7,5	10,5
	1990	9,7	11,9	11,4	12,2
	2001	6,3	3,4	12,4	11,3
Serviços	1970	4,5	8,2	12,9	11,1
	1990	8,2	6,9	12,3	12,7
	2001	6,5	18,5	17,4	13,4
Agricultura e Rurais	1970	73,6	56,8	37,2	7,0
	1990	53,7	40,8	30,1	5,0
	2001	44,5	11,8	18,6	3,0
Indústrias e Transportes	1970	12,4	16,2	25,7	32,6
	1990	19,0	25,4	28,4	20,7
	2001	14,7	33,7	19,9	16,7

Fonte: Kon, 2004, p. 80.

Conforme explicita Kon (2004) os países de renda baixa tem sua especialização no setor primário, no entanto, de acordo com o aumento da industrialização no país, há um aumento das atividades de serviço no mesmo. É possível verificar também que as funções mais qualificadas, como por exemplo, as profissionais, técnicas e gerenciais, possuem maior ocupação de acordo com a elevação da renda do país. Essa reestruturação ocupacional é evidente no mundo inteiro. Na década de 1990 para 2001 há um decréscimo significativo principalmente na área da agricultura e rural por todos os países, independentemente do nível de desenvolvimento, pelo fato de haver uma modernização de todos os processos produtivos. Todavia, equilibrando essa redução ocupacional, há um aumento um tanto quanto inferior em todos os outros setores com enfoque no setor de serviços que somente os países de renda baixa não tiveram expansão de sua ocupação. Este setor tem tido uma reestruturação maior até que o setor secundário (indústrias e transportes), onde, conforme ocorre um aumento da renda, há um decréscimo de sua ocupação, fato este apontado em toda a década de 1990 em relação à 2001.

Isto ocorre pela crescente interdependência entre as atividades industriais e os serviços. Kon (2004) explica ainda que este estreitamento é consequência do relacionamento em que os primeiros demandam insumos, enquanto os segundos os fornecem. Em alguns casos essa divisão é mais complexa, pois é difícil visualizar a separação entre a produção e os serviços. Um exemplo disto são as manufaturas que utilizam processamento de dados, uma vez que elas utilizam como insumos os serviços. O software é imprescindível para que o processo produtivo e operacional funcione e que seja sucesso de mercado.

3.4.2 Os serviços como viabilizadores da reestruturação produtiva

A produção flexível que substituiu o fordismo foi o que estimulou toda a reestruturação e transformação organizacional no âmbito internacional, ou seja, segundo Kon (2004), a estrutura produtiva avançou sobre toda a atividade manufatureira e posteriormente se arraigou no setor de serviços. Neste momento, verificou-se a grande importância que as atividades terciárias tinham para o desenvolvimento econômico, isto em razão delas serem responsáveis por criar todo o aparato logístico, financeiro, comercial, entre outros que efetivamente possibilitaram a implementação deste modo de produção, podendo-se até inferir que a produção flexível só foi possível graças à modernização e a concepção de novas formas de serviços. Este modo de produção é um estágio mais avançado do processo *just-in-time*, no

qual consistiu um tipo de produção que não necessita de estoques; produz aquilo que é necessário para o momento com o mínimo de recursos e redução de todos os tipos de perdas (inspeções, esperas e filas para utilização da máquina, além de toda a movimentação tanto de peças quanto de máquinas para outro setor e etc.).

Marshall e Wood (1995) apud Silva e Meirelles (2006) destacam o uso da informação como fator essencial ao processo de valorização do capital. Há um quadro econômico vigente em que a produção de bens e serviços encontram-se interligados, coexistindo desta forma um tipo de serviço que em essência é intangível e só consegue ser avaliado quando combinado a outro bem e outro tipo de serviço de grande importância que, por sua vez, necessita de certa habilidade de processamento e interpretação de informações. Logo, essas atividades possuem alto conteúdo informacional e geram outro tipo de atividade específica, ou seja, tudo isto faz o setor terciário ganhar peso crescente nas economias pelo grande conteúdo informacional que está presente em todos os processos produtivos e produtos atualmente. Em suma, quanto mais complexo o produto ou o processo produtivo e quanto mais fundamentado em habilidade e *expertise* humana, mais serviços são acoplados e necessários para a realização deste bem.

O serviço, então, é o elemento básico para que a produção flexível possa operar corretamente. Ele é o fator essencial na engrenagem deste sistema, foi ele que possibilitou esta mudança de paradigma produtivo e organizacional. Para isto ocorrer Kon (2004) destaca que, muitas atividades auxiliares ou que não eram estratégicas para a indústria passaram a ser terceirizadas, e, conseqüentemente, acabaram por trazer novas formas de relação entre as empresas, bem como, a emergência de um ambiente muito mais complexo tanto internamente, quanto externamente, além de uma competitividade nacional e internacional muito maior. Toda essa mudança, segundo Kon (2004), p. 85, foi condicionada pelos seguintes fatores:

- Houve um aumento de inovações e de diferenciação de produto, onde seus percussores foram as atividades de pesquisa e desenvolvimento, planejamento e publicidade;
- Este novo movimento, que conduz a produção de uma manufatura, necessita de novas tarefas, funções e técnicas, seja na organização do processo gerencial/administrativo, quanto no processo produtivo *per se*;
- Houve a carência de um sistema financeiro e de distribuição mais robusto com o objetivo de arrecadar maiores fundos, além de realizar a manutenção dos relacionamentos internacionais entre as empresas, adaptar o ambiente às fusões

de mercado, sem contar com a exploração de novos mercados e administração de filiais em outros territórios.

3.5 MUDANÇAS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA

Kon (2004) apresenta as taxas de crescimento do produto brasileiro de acordo com os setores e verifica que, desde o começo do período da industrialização do Brasil, na década de 1950 até 1980, o crescimento real médio dos serviços foi equiparável ao crescimento real médio global da economia. Neste período, há de se analisar também que o setor industrial teve um crescimento exorbitante, impulsionado pelas políticas governamentais tanto de incentivo, quanto protecionistas, obtendo assim taxas de crescimento entre 7% e 9% ao ano. As referidas taxas ultrapassam a expansão do setor primário e terciário, principalmente pelo fato do setor secundário captar toda a mão de obra proveniente da agricultura e área rural e essa emigração não ir em direção aos serviços. Contudo, a modernização do setor primário, juntamente com a capitalização dele, gerou um crescimento de 11% na década de 1970 que requisitou uma série de serviços de armazenagem e distribuição, conforme aponta a tabela 3.3.

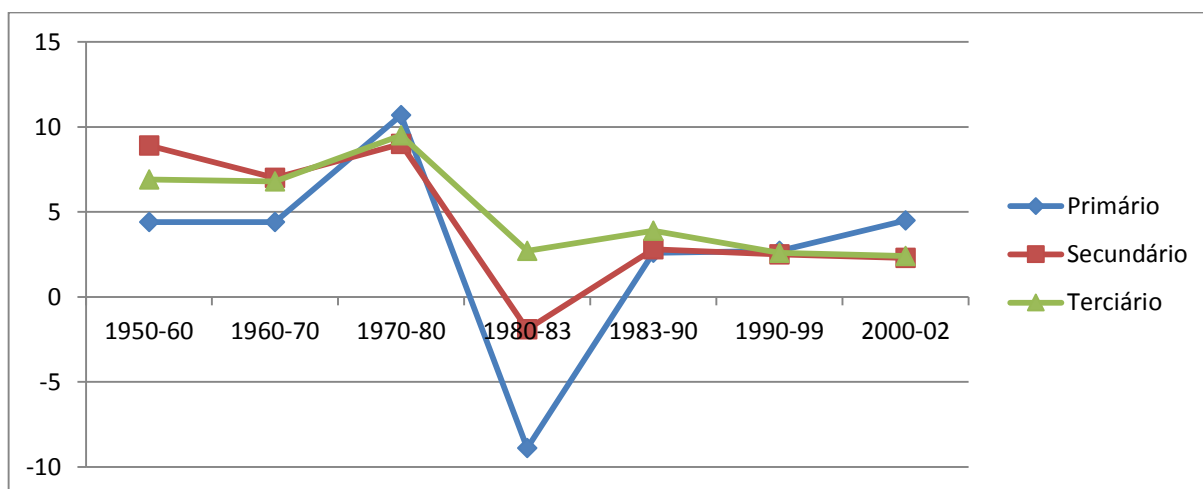
TABELA 3.3 – Taxa Real de Crescimento do PIB Brasileiro

Por Setor de 1950 a 2002 (% a.a.)

Setores	1950-60	1960-70	1970-80	1980-83	1983-90	1990-99	2000-02
Primário	4,4	4,4	10,7	-8,9	2,6	2,7	4,5
Secundário	8,9	7,0	9,0	-1,9	2,8	2,5	2,3
Terciário	6,9	6,8	9,5	2,7	3,9	2,6	2,4
PIB BR	6,9	6,8	9,4	-3,1	3,3	2,6	2,5

Fonte: Kon, 2004, p. 100.

**FIGURA 3.1 - Taxa Real de Crescimento do PIB Brasileiro
Por Setor de 1950 a 2002 (% a.a.)**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Kon (2004), p. 100.

O país no ano de 1980 a 1983 passava por uma situação econômica adversa, onde as políticas governamentais eram voltadas para os ajustes econômicos. Kon (2004) aponta que, em razão disto, a produção apresentou taxas negativas de crescimento e somente o setor de serviços conseguiu efetivamente crescer, muito embora, isto se deve à capacidade dos serviços em serem um escapismo para a população quando liberada de outros setores, trabalhando de forma autônoma ou sem carteira de trabalho assinada para os setores formais da economia. O setor primário possui estas taxas de crescimento negativas durante o período, em função da seca do Nordeste, mas também pelo grande êxodo rural em direção aos centros urbanos, que se alocaram no setor terciário de baixa produtividade.

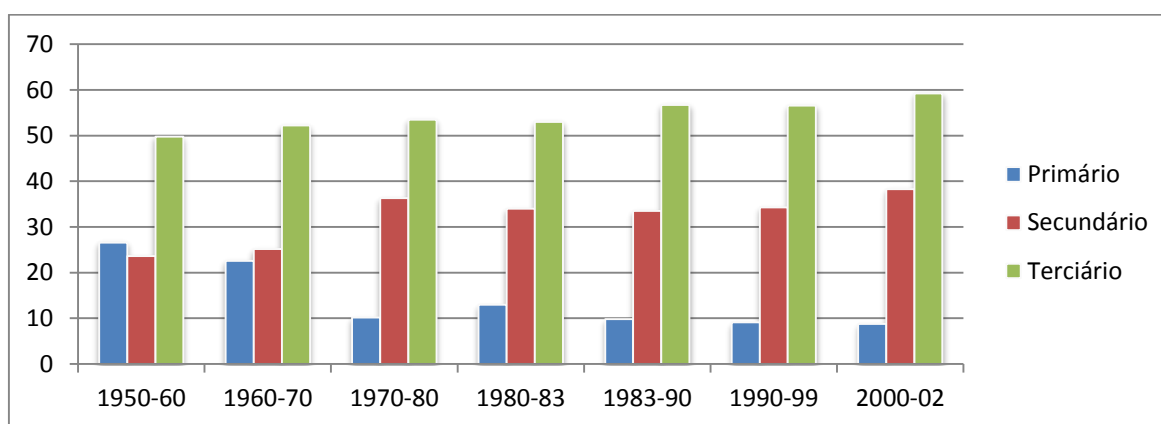
Segundo Kon (2004), a partir de 1984 houve uma recuperação da atividade econômica brasileira, e em 1986 uma aceleração da mesma, consequência do plano Cruzado que fez a demanda aumentar e a atividade econômica aquecer. Em função da recessão do período anterior, o crescimento do produto do período de 1983 a 1990, total, foi de 3,3%, enquanto os serviços cresceram quase 4% ao ano. Logo após esse período, em 1990, o país entrou em um processo de estabilização, o que diminuiu a atividade econômica. Houve uma queda nas taxas de crescimento, com exceção do setor primário, que no período seguinte (2000 a 2002) demonstrou um aumento, agora sim expressivo, enquanto os outros setores acabam em certa estagnação econômica.

A tabela 3.4 que faz um exame da participação percentual do produto brasileiro, de acordo com os setores, conforme Kon (2004):

TABELA 3.4 – Composição Setorial do PIB Brasileiro de 1950 a 2002 (% a.a.)

Setores	1950-60	1960-70	1970-80	1980-83	1983-90	1990-99	2000-02
Primário	26,6	22,6	10,2	13,0	9,8	9,1	8,8
Secundário	23,6	25,2	36,3	34,0	33,5	34,3	38,3
Terciário	49,8	52,2	53,5	53,0	56,7	56,6	59,2
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Kon, 2004, p. 101.

FIGURA 3.2 - Composição Setorial do PIB Brasileiro de 1950 a 2002 (% a.a.)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Kon (2004), p. 101.

A partir da figura 3.2 é possível observarmos a grande participação dos serviços na participação percentual do PIB nacional desde a década de 1950, quando ocorreu a industrialização do país. Conforme as evidências relatam, esta grande presença dos serviços na composição setorial é fruto da necessidade de escoamento e comercialização de produtos oriundos da agricultura e meio rural. Posteriormente, no auge da industrialização brasileira na década de 1970, o setor secundário atingiu 36% e os serviços o acompanharam nesta evolução, alcançando quase 54% na década de 1970.

Kon (2004) aponta que em outros países durante as décadas de 1960 até 1980 houve uma absorção muito alta da mão de obra agricultora para a de atividade manufatureira e de construção civil. Todavia, na década de 1980 esta relação mudou, pois houve uma concentração de absorção no setor de serviços. Já na década de 1990, mesmo havendo uma maior concentração de mão de obra no setor terciário, a produtividade do primário e secundário eram maiores. Isto ocorreu em função dos serviços apresentarem um produto por

trabalhador muito baixo, significando baixa qualidade nos postos de trabalho e baixa remuneração.

3.6 SERVIÇOS SÃO PROPULSORES DO DESENVOLVIMENTO

O conceito de “bens imateriais” ainda predomina nas discussões sobre os serviços, sendo que somente os “bens materiais”, para estes pensadores, realmente seriam os propulsores do desenvolvimento econômico. Sendo assim, o setor terciário nada mais é que apenas complementar às atividades industriais, ou seja, um resíduo consequente do produto gerado por uma economia que se desenvolve. Contudo, há estudos recentes que buscam demonstrar a grande contribuição que as atividades de serviços têm tido, dentro do processo de desenvolvimento dos países.

Conforme aponta Kon (2004), existem basicamente três explicações clássicas que analisam as atividades de serviços. A primeira busca explicar as mudanças tanto relativas, quanto absolutas do emprego no setor de serviços e para esta corrente, há diferença na questão da produtividade do setor terciário em relação ao secundário, sendo o setor de serviços nada mais que o local para onde vai toda a mão de obra que é liberada da indústria. A segunda abordagem realiza uma análise do setor terciário como sendo consequência da diminuição do emprego (relativo e absoluto) do setor industrial, no caso, a desindustrialização, realizada pelo aumento de produtividade e de inovação tecnológica atual. Nesta corrente de pensamento, o investimento tende a visar mais a maquinaria ao invés do emprego manual, as atividades de serviços são beneficiadas por absorverem toda a mão de obra e toda a realocação de capital liberada, o que acaba por ter maiores retornos e rentabilidade. Por fim, a terceira abordagem clássica entende que o setor de serviços cresce em função do emprego no setor público, que aumenta em decorrência da demanda por serviços coletivos terem crescido também.

Há uma visão em comum dentro destas correntes de pensamento. Kon (2004) discorre que uma delas é o setor industrial ser a base econômica para qualquer país, além disso, para qualquer economia se desenvolver é necessário que tenha sua base de exportação forte e aglomerações urbanas, pois elas também possibilitam o desenvolvimento econômico de um país através do fornecimento de produtos para áreas externas por ganhos de economia de escala. Para estes pensadores, os serviços não possuem esta característica, eles possuem baixa produtividade quando comparado às manufaturas, ou seja, somente um papel subordinado à

atividade indústria. Ou seja, no momento em que este setor secundário decrescesse e a base de exportação também recuasse, haveria um efeito multiplicador negativo sobre os serviços.

Há também outras teorias diferentes das explicadas anteriormente. Kon (2004) aponta que há basicamente três grandes concepções sobre os serviços na conjuntura do desenvolvimento econômico, o primeiro diz respeito à elasticidade renda das atividades terciárias ser, além de positiva, superior à elasticidade renda dos bens primários e secundários. Isto porque, numa situação de aumento real da renda, haveria um crescimento de demanda pelas atividades de serviço relativamente maior do que de outros setores no consumo final. Isto ocorre em razão destas terem respostas mais ágeis à demanda do que as outras. Além disso, a função do setor primário é a alimentação como consumo final, já o industrial se mistura à função dos serviços, pois em alguns casos tornam-se bens substitutos (por exemplo, transportes, lazer, tarefas domésticas e etc.); em outros casos são bens complementares (por exemplo, as redes de comercialização e assistência técnica), teoria esta iniciada por Victor Fuchs (1968). A outra abordagem tem relação com as teorias da defasagem de produtividade, ou seja, desde a década de 1950 existem teorias que discorrem sobre a produtividade de as manufaturas serem superiores às das atividades de serviço; ou de que o crescimento do emprego neste último setor isso ocorre por consequência de uma baixa produtividade. Todavia, Kuznets (1983) realiza um estudo empírico onde analisa uma série histórica de longo prazo e verifica que o produto não possui qualquer tipo de padrão de comportamento relacionado à produtividade. Porém, em se tratando de emprego, Kuznets (1983) encontra uma relação onde a produtividade do trabalho não apresenta uma característica tendenciosa secular ascendente, mas, por isto, há um crescimento muito mais rápido do emprego no setor de serviços do que nas outras atividades. Baumol (1967) propõe em seu artigo uma discussão sobre esta defasagem de produtividades no setor terciário. O autor discorre sobre os serviços possuírem estruturas tecnológicas muito diferenciadas, o que leva a níveis de produtividade muito ambíguos e conseqüentemente uma média em que o setor todo é afetado com custos cada vez mais elevados. Por fim, a última concepção é focada sobre os serviços intermediários como sendo relevantes para o desenvolvimento econômico. Neste contexto, para alguns autores, os serviços intermediários nada mais são, que atividades que antes eram internalizadas na própria empresa agora são terceirizadas (passadas para empresas especializadas). Assim, o efeito líquido causador por esta atividade não tem efeito algum sobre o emprego, produto e demanda total; contudo, nesta mesma corrente, outros autores observam que essa substituição que houve de trabalho pelo capital causado pelas inovações tecnológicas, bem como as estratégias de diferenciação de produto, segmentação de mercado

e demais características que o tipo de produção flexível traz consigo, só aumenta a importância das funções que as atividades de serviços proporcionam junto ao planejamento, pesquisa, desenvolvimento, marketing, administrativo, jurídico e etc.

3.6.1 Serviços Como Indutores do Desenvolvimento

Inicialmente toda a mão de obra e investimento proveniente do setor primário migrou para o setor secundário e agora com a nova dinâmica produtiva (modo de produção flexível), toda a ocupação referente à mão de obra e investimento tem sido dirigida para as atividades de serviços, fato este que ocorre nas economias desenvolvidas. Nos países em desenvolvimento há um aumento no emprego do setor terciário que advém do setor primário, principalmente em atividades que não possuem qualificação, e posteriormente vão para a atividade industrial seja pelo pequeno mercado interno e externo que consome os bens manufaturados ou pela baixa capacidade de poupança interna que efetivamente possibilita esta evolução.

Kon (2004) explica que a evolução das atividades terciárias tem correlação positiva com a demanda por funções intermediárias complementares advindas de outros setores, havendo uma ampliação dela com a alocação de capital e de mão de obra excedente ou que não encontram oportunidades em outras atividades. No entanto, há uma diversificação muito grande de serviços que vão desde a produção mais moderna, que é capital intensiva, até os processos em que só há um fator de produção, o trabalho de baixa qualificação. Isto posto, há enfoque dado no estudo desta economia dos serviços em conjunto com as transformações que ocorrem no contexto pós-industrial, atualmente as economias mais avançadas já possuem em torno de 50% dos custos de produção em insumos de serviços, além de que no total de emprego e produto gerado cerca de 50% está dentro do setor de serviços.

O termo economia “pós-industrial” refere-se à economia de serviços, onde as atividades terciárias demonstram-se mais relevantes dentro do sistema econômico e de seu desenvolvimento, contudo, muitos autores não aceitam esta visão por acreditar que os serviços não geram o mesmo nível de produtividade e consequente desenvolvimento, quanto o setor secundário. Todavia, segundo Kon (2004) estes autores se baseiam em estudos empíricos da década de 1970, onde toda a mão de obra e capital oriunda da agricultura era realocada no setor manufatureiro e 96% de toda pesquisa e desenvolvimento era voltada para este setor também. Atualmente as economias caminham em direção ao pós-industrialismo e as

atividades terciárias crescem em função de alguns fatores intrínsecos e extrínsecos. Um exemplo de fator intrínseco é o aumento de demanda por serviços complementares. Os extrínsecos que tendem a influenciar o crescimento dos serviços segundo Kon (2004), p. 219, são:

- O volume e a velocidade de liberação da mão de obra das atividades rurais que migram em direção ao setor terciário;
- O nível de qualificação da mão de obra rural que migra para a área urbana e ocupam as atividades de serviço;
- A evolução quantitativa e qualitativa das atividades manufatureiras que impulsionam a necessidade de modernização dos serviços;
- A capacidade do setor industrial em absorver a mão de obra excedente;
- Por fim, possuir infraestrutura adequada para que economias externas possam se instalar com novas atividades econômicas.

As economias mais avançadas que detinham tais características se desenvolveram e o modo de produção flexível assumiu o papel norteador de toda a economia, com estas mudanças e a nova dinâmica de uma indústria interdependente dos serviços, Kon (2004), p. 221, aponta haver o surgimento do pós-industrialismo juntamente com as seguintes premissas:

- O conhecimento é fonte de produtividade e desenvolvimento, sendo que ele se enraíza por todas as outras atividades através da informação;
- A grande ênfase que há na produção de bens, tende à mudança para o fornecimento de serviços;
- Mudança emitente no emprego, onde haveria uma eliminação do setor agrícola e declínio das atividades manufatureiras em detrimento ao crescimento dos serviços;
- O novo sistema econômico tende a aumentar a relevância das ocupações de cunho informativo e de conhecimento, como por exemplo, profissionais liberais, técnicos e administrativos, estes cresceriam mais rapidamente que outras categorias.

Contudo, Kon (2004) aponta que não podemos ter certeza de que os sistemas produtivos evoluam de forma radical como são propostas as premissas do modelo pós-industrialista. Isto

se dá pelo fato de que, mesmo havendo um aumento dos processos de circulação, distribuição e regulação, a função da manufatura continua sendo importante para o desenvolvimento das regiões, no entanto, a participação das atividades de serviços na economia ganha um maior peso relativo a cada dia.

Desta forma, os serviços passam a ter cada vez mais valor dentro do meio de produção atual, geram renda, riqueza e modernização para todo o sistema, com isto se faz necessária uma reformulação dos conceitos que cercam a dinâmica deste setor. O inter-relacionamento entre os vários setores da economia são os verdadeiros impulsionadores de desenvolvimento em detrimento daquela visão que considera somente a indústria como a alavanca de desenvolvimento.

Desde a década de 1970, há um intenso processo de reestruturação produtiva, onde as formas de regulação e administração das empresas mudaram, necessitando cada vez mais de uma rede de serviços que deem fundamento para este novo tipo de organização, Kon (2004) discorre que houve, neste sentido, uma internacionalização do capital em que foram demandados serviços mais complexos de contabilidade, assessoria jurídica, apoios financeiros e etc. Além disso, com as inovações tecnológicas surge a necessidade de terceirização de muitos processos e conseqüentemente do crescimento do setor de serviços. Este avanço das atividades de serviço em direção à indução do desenvolvimento econômico tem grandes semelhanças com o processo que ocorreu na reestruturação da economia rural para a industrial, porém, dependendo da região, esta forte tendência à terceirização ocorre com muito mais realce no emprego, do que no produto. Com esta guinada rumo ao desenvolvimento realizada pela indústria de serviços, o conceito de que o setor terciário é subordinado ao secundário cai por terra, pois, de fato, os serviços tornam-se opacos quando vistos em comparação ao impacto causado pelo setor industrial nos centros urbanos, mas isto ocorre somente enquanto o setor manufatureiro não decresce ou sua base de exportação não decline, pois as atividades de serviços teriam um efeito multiplicador totalmente inverso neste momento.

Kon (2004) transcorre ainda que aquela análise que classificam os serviços como complementares às atividades industriais tem fundamento histórico em algumas economias avançadas, todavia, isto é uma simplificação do real papel do setor terciário dentro do desenvolvimento dos países. Este pensamento é equivocado uma vez que há uma grande complexidade no inter-relacionamento entre os setores. No presente é extremamente visível a necessidade que as empresas têm em melhorar sua relação entre a distribuição, circulação,

controle e administração de suas operações, onde um montante considerável de investimento tem sido realizado nas atividades de serviços com o objetivo de aumentar sua produtividade e sua capacidade de inovação tanto nestas áreas, como em todas as outras. Este desenvolvimento do setor terciário tem se refletido em todos os outros sistemas produtivos, chamando a atenção para o papel que as atividades de serviços têm proporcionado ao desenvolvimento econômico.

Estas atividades têm seu fundamento nos fatores de produção, onde o progresso tecnológico proporcionou todo o cenário propício (desde infraestrutura e plantas de manufaturas) para que a indústria crescesse e isto, conseqüentemente, permitiu que os serviços se instalassem e aumentassem a produtividade em todos os outros setores. Além disso, os efeitos da globalização ocasionaram o aumento do comércio exterior de bens e produtos, a necessidade de qualificação e educação para seu sucesso, o que por consequência também resulta no desenvolvimento econômico regional.

Haukness (1996) apud Kon (2004) discorre que a inovação tecnológica, principalmente na área de informação, tem alterado todo o esqueleto da competição global e de seus relacionamentos, bem como aumentado as economias de escala de grandes instituições internacionalmente descentralizadas. As economias de escopo também apresentaram efeitos inesperadamente positivos, ou seja, externalidades positivas e benefícios crescentes com a evolução das atividades de serviço. Em suma, este emaranhado complexo e interdependente que a economia se tornou com o invento de novas tecnologias, trouxe inúmeros benefícios e uma forma mais eficiente organizacional. Além disso, permitiu uma maior difusão de consumo, capital, trabalho e operacionalização dos processos e agentes produtivos, de uma forma geral, produtividade que se difunde para todos os demais setores econômicos.

3.7 SÍNTESE CONCLUSIVA

A ideia de valor surge inicialmente com os fisiocratas que acreditavam somente no trabalho agrícola como sendo produtivo, logo, as manufaturas e as atividades terciárias não tinham as características que o campo podia gerar. No entanto, toda esta ideia vai se modificando com o tempo, pois algumas décadas depois surgem novas teorias tentando entender melhor o funcionamento do capitalismo da época. Neste momento, as manufaturas passam a ocupar um lugar de destaque e as atividades terciárias começam a mostrar certa relevância para que a engrenagem do sistema possa “girar”. O termo produtivo para este setor

vem à tona em grandes discussões, pois os tradicionalistas acreditam que as atividades terciárias são improdutivas, no entanto, Kon (2004) é clara sobre a complementaridade e necessidade que existe entre o setor secundário e terciário rumo ao desenvolvimento.

É nítida a transformação que ocorre durante o tempo, as novas demandas mundiais trazem consigo uma gama de mudanças, onde cada setor passa a ter maior ou menor importância dentro do sistema que se estabelece. O conceito de valor tem se alterado com o passar do tempo também. Marx (1933) já apontava para o fato de que todas as forças atuantes para a formação da produção têm que se aperfeiçoar com o objetivo de reduzir tempo e espaço de trabalho, incluindo-se a comunicação, os transportes e tudo que serve ao trabalho. O trabalho manual e o intelectual também têm que evoluir para que seja realizado o processo de produção de forma mais eficiente. A questão envolvendo o nível de produtividade do setor terciário ser produtivo se resume ao fato de qualquer atividade pode ser produtiva, desde que ela passe a incorporar no estoque de riqueza do país, pois atividades intangíveis como o conhecimento técnico, por exemplo, podem ser consideradas como produtivas na medida em que são utilizadas para gerar um novo produto e assim adicionar valor à economia.

A cada momento, os serviços passam a ganhar maior destaque dentro das economias, uma vez que as características dessa atividade passam a se fundir com as da manufatura. Após a revolução industrial percebe-se a existência de toda uma estrutura financeira, de comunicação, de transporte e conhecimento técnico que passa a acompanhar o desenvolvimento da produção manufatureira, para que esta possa progredir. Este setor se mostra muito peculiar, não há uma regra pré-definida, pois se molda de acordo com a demanda que a produção necessita interligando a agricultura com a manufatura e as relações de consumo. Esta heterogeneidade que a atividade terciária apresenta dificulta sua conceituação e mensuração a partir dos métodos tradicionais, é necessário um novo tipo de avaliação que consiga abranger os impactos que os serviços trazem, em conjunto com todas as outras atividades, para a acumulação de riqueza dos países.

Diante de tantas transformações que ocorrem no desenvolvimento da tecnologia fica cada vez mais complexa a determinação da dinâmica que existe nas atividades de serviço. Além disso, não há uma oferta e demanda bem definida em seu fornecimento, isto dificulta a formação de preço padrão e se reflete pela avaliação de valor de uso e utilidade que são diferenciadas para um mesmo produto. Há algumas características que se revelam iguais em muitos serviços, como a inestocabilidade, incomensurabilidade, materialidade, efemeridade, entre outras, mas, de fato, não existe um padrão uniforme de características,

dada a grande variedade de serviços existentes. O que tem ocorrido com o passar o tempo é o desuso daquele pensamento tradicional sobre os serviços serem improdutivos, pois a agregação de valor é cada vez maior, podendo-se até representar isto com o caso da tecnologia da informação que traz consigo melhores ferramentas para desenvolvimento de qualquer segmento, aumentando produtividade, diminuindo custos e diferenciando o produto.

Verifica-se uma tendência mundial de expansão das atividades terciárias, iniciadas pelos países com renda mais elevada e se propagando gradativamente pelas demais. Esta participação dos serviços no produto de cada economia se mostra como um reflexo da interdependência entre as atividades industriais e de serviços. Há um estreitamento enorme entre estas atividades, onde produtos base para qualquer atividade produtiva como o computador, que utiliza como insumo os serviços de software, tornam-se estritamente necessários e exigem um trabalho técnico cada vez maior e mais qualificado para alcançarem qualidade e um diferencial de produto. Esta nova relação que ocorre entre as empresas causando um emaranhamento entre os setores de manufatura e de serviços foi que culminou em um novo tipo de produção, a produção flexível.

A atividade terciária possui uma característica muito singular, que a faz ter grande relevância no PIB brasileiro, sua adaptabilidade. Ao analisarmos a taxa de crescimento ou a participação de cada setor no PIB nacional, observamos que no primeiro caso o setor secundário tinha crescimento superior aos demais e que posteriormente perde este posto aos serviços; no segundo caso as atividades terciárias consomem uma fatia muito maior da composição setorial do PIB, mas que o setor primário perde espaço para o secundário com o passar dos anos. De uma forma geral, verificamos que os serviços se sobressaem em muitas ocasiões, sejam elas resultado de uma retração econômica em que eles continuam crescendo, ou como dominantes dentro daqueles que compõem o produto nacional, pelo fato de criarem todo o aparato necessário para que se realize o consumo da produção.

Aqueles conceitos de bens imateriais que os serviços tinham nas discussões mais antigas, entram cada vez mais em desuso, pois mesmo que a visão clássica ainda determine que a base de uma economia forte seja o setor industrial com grande exportação, eles admitem que os serviços possuam um papel subordinado necessário. Neste ponto as novas concepções sobre os serviços se mostram importantes, pois eles denotam a relevância que os serviços intermediários passaram a ter quando aquelas atividades que eram internalizadas nas empresas foram terceirizadas, ou quando ocorreu uma grande substituição de trabalho por capital causado pelas inovações tecnológicas. Assim, conseguirão maior diferenciação de produto,

segmentação de mercado, sem falar no aprimoramento do planejamento, pesquisa, desenvolvimento, marketing, processos administrativos e jurídicos.

Os serviços possuem uma diversificação enorme, podendo-se apontar aqueles que são capital-intensivos, até aqueles que exigem apenas trabalho de baixa qualificação, contudo, a nova dinâmica que cerca a economia demonstra que eles são imprescindíveis não só para a produção, mas para o desenvolvimento também. Os autores tradicionais não acreditam que as atividades terciárias possam gerar produtividade e que elas se espalhem por todos os outros setores, mas isto é uma visão passada de acordo com Kon (2004), pois se baseia em estudos empíricos da década de 1970, onde todos os esforços eram concentrados somente no meio industrial. Todavia, este cenário mudou; com a economia em um novo paradigma de pós-industrialista, tanto as manufaturas, quanto os serviços se fazem importantes e têm pesos significativos para o desenvolvimento. A internacionalização do capital e as inovações tecnológicas seguiram adiante rumo ao modo de produção flexível, modo este que se caracteriza por ter uma produção diferenciada de produto e conseqüentemente uma melhor relação entre todos seus setores de produção (logística, controle, administração e etc). Tudo isto só foi possível graças ao investimento e desenvolvimento do setor terciário que automaticamente se refletiu e tem se propagado para os demais setores da economia, gerando e induzindo todos eles à um grande emaranhado rumo ao desenvolvimento.

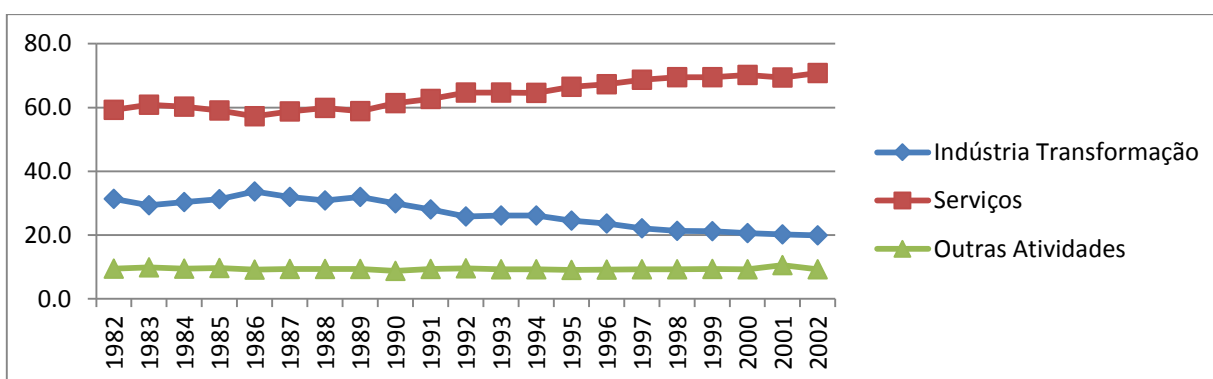
4 ANÁLISE EMPÍRICA DE DADOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Nesse capítulo realizamos a análise da estrutura ocupacional brasileira e do valor adicionado por cada setor de forma a cumprir o objetivo específico de analisar o setor de serviços na perspectiva do desenvolvimento econômico do Brasil. Para tanto, certos dados foram sistematizados. A conclusão principal foi de que a estrutura ocupacional brasileira é composta em sua maioria por atividades terciárias e que estas têm tido grande evolução, de trabalhos de baixa qualificação para aqueles de capital mais intensivos, no entanto, a economia brasileira possui grande volatilidade e os momentos de recessão mantêm os trabalhos de baixa qualificação em um nível relativamente alto. O valor adicionado pela indústria como porcentagem do PIB também demonstra os serviços como principal fonte. Contudo, há um determinado momento da economia em que ocorre um crescimento acelerado, impulsionado pelo setor secundário, chegando a competir com o terciário. No entanto, ele não se estabiliza e volta a cair, fazendo o setor de serviços se sobressair novamente. Inclusive, ao analisarmos através de uma média móvel o valor adicionado de cada setor, verificamos uma semelhança enorme entre o PIB e o setor terciário brasileiro, sugerindo até que uma melhora nas condições do setor terciário possibilite um maior crescimento do PIB nacional.

4.1 ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA

É possível observarmos a partir da figura 4.1, que a estrutura ocupacional brasileira, desde a década de 1982 até 2002, foi tendenciosa ao emprego no setor de serviços, quando comparada à indústria de transformação.

FIGURA 4.1 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 1982 a 2002



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

A figura 4.1 é construída a partir da porcentagem da população ocupada de cada setor. Ela ilustra a diferença entre a ocupação que ocorre nas atividades de serviços, em detrimento da indústria de transformação. De 1982 até 1989 é possível verificarmos ascensões e quedas nestes dois setores, onde o emprego oscilava de um setor para o outro, mas sempre mantendo um equilíbrio em determinada banda (os serviços em 59% e a indústria de transformação em 31%). Todavia, no início da década de 1990, há um aumento da população ocupada no setor de serviços que chega a quase 71% de toda a ocupação que os três setores representam. A indústria de transformação, então, entra em declínio alcançando um patamar de 19% de toda a população ocupada, enquanto a categoria “outras atividades” se mantém em equilíbrio durante todo o período estudado, cerca de 9%.

A estrutura ocupacional do Brasil tem tido grandes mudanças, para isso apresenta dois estudos diferentes, tanto em categorias, quanto em épocas de coleta. O primeiro estudo compreende o período de 1981 a 2001 onde denota o volume ocupado pelas seguintes categorias de trabalhadores, Profissionais e Técnicos, Trabalhadores de Escritórios, Trabalhadores em Vendas, Trabalhadores dos Serviços, Agricultura e Pecuária e Trabalhadores da Produção e Operários, de acordo com a tabela 4.1 e tabela 4.2:

TABELA 4.1 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 1981 a 1990 (por mil)

ANO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Trabalhadores profissionais, técnicos e afins	2.951	3078	3095	3276	3604	3895	4103	4465	4594	4667
Trabalhadores de escritório e afins	5761	6045	6113	6455	7030	7606	7834	8040	8985	9316
Trabalhadores Vendas	3972	4258	4365	4588	4977	5233	5634	5671	6100	6645
Trabalhadores dos Serviços	4218	4616	4842	5185	5460	5628	5922	5966	6042	6331
Agricultura, Pecuária e florestais trabalhadores, pescadores e caçadores	12.665	13.431	12.485	14.227	14.595	13.521	13.227	13.308	12.943	13.065
Produção e relacionados trabalhadores, operadores de equipamentos de transporte e operários	11.154	11.695	11.140	11.429	12.496	13.657	13.978	14.099	14.554	14.687

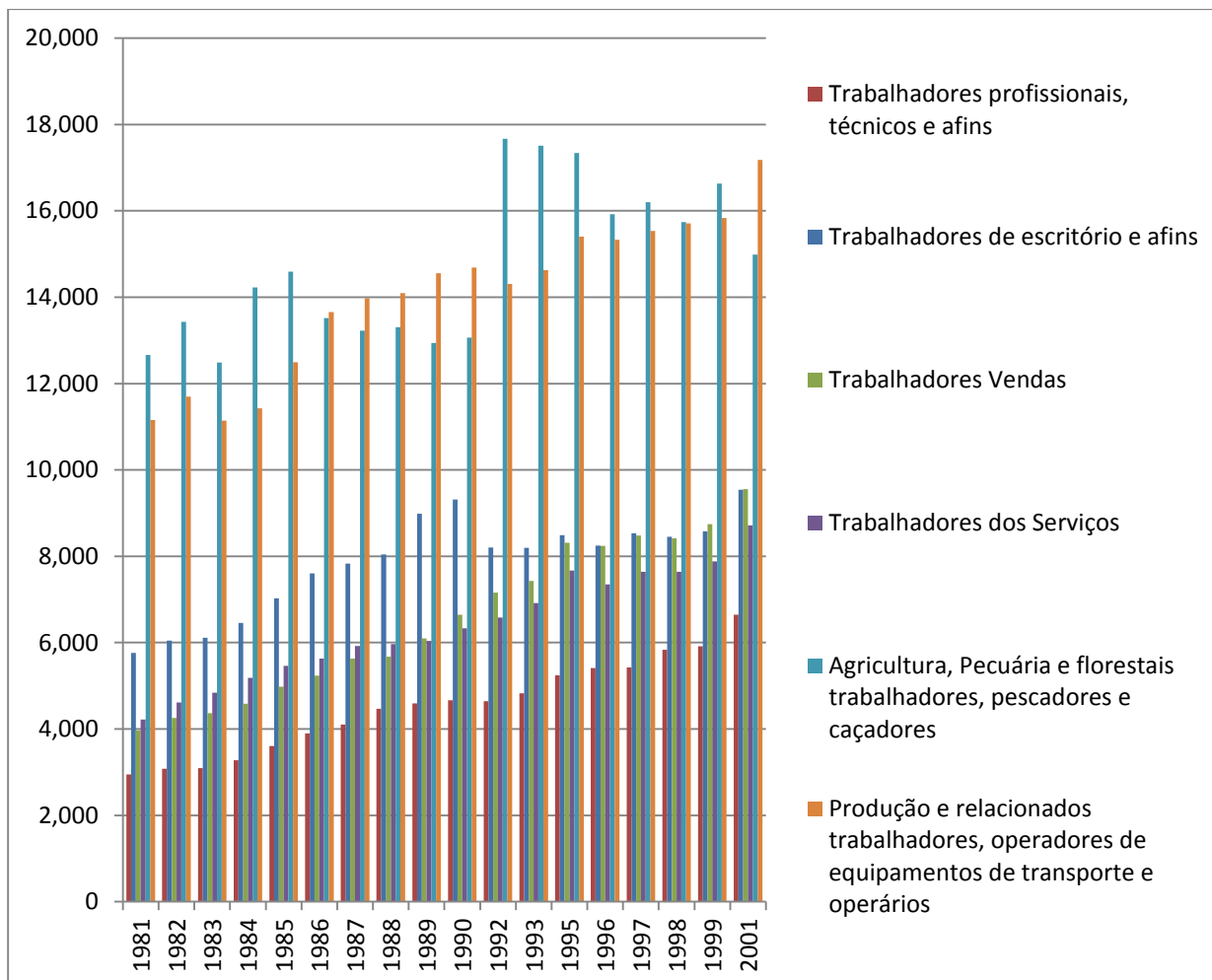
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Laborsta Internet, 2014.

TABELA 4.2 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 1992 a 2001 (por mil)

ANO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Trabalhadores profissionais, técnicos e afins	4643	4830	5241	5414	5427	5837	5919	6650
Trabalhadores de escritório e afins	8207	8197	8487	8249	8531	8449	8574	9543
Trabalhadores Vendas	7159	7430	8315	8240	8480	8416	8745	9554
Trabalhadores dos Serviços	6578	6920	7672	7351	7644	7643	7881	8719
Agricultura, Pecuária e florestais trabalhadores, pescadores e caçadores	17673	17.506	17.341	15.920	16.200	15.737	16.634	14.986
Produção e relacionados trabalhadores, operadores de equipamentos de transporte e operários	14306	14.628	15.402	15.330	15.539	15.710	15.835	17.181

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Laborsta Internet, 2014.

FIGURA 4.2 – Estrutura Ocupacional Brasileira, Período 1981 a 2001



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Laborsta Internet, 2014.

A partir da figura 4.2 é possível observarmos que as categorias de “Agricultura e Pecuária”, bem como a de “Trabalhadores da Produção e Operários”, são as mais representativas dentro da estrutura ocupacional brasileira, pelo período de 1981 a 2001. Todavia, as oscilações destas duas categorias são enormes, principalmente na “Agricultura e Pecuária”, que tem decrescido seu volume desde seu pico em 1992, com 17.673 empregados na categoria e chegado a 14.986 empregados em 2001. Ao contrário, os “Trabalhadores em Vendas”, os “Trabalhadores dos Serviços” e os “Profissionais e Técnicos” têm tido grande ascensão durante o período. É notável que essas ocupações ganhem cada vez mais destaque dentro de toda a estrutura econômica nacional e o volume de ocupações de algumas categorias chegam a alcançar até 240% de crescimento durante estes vinte anos.

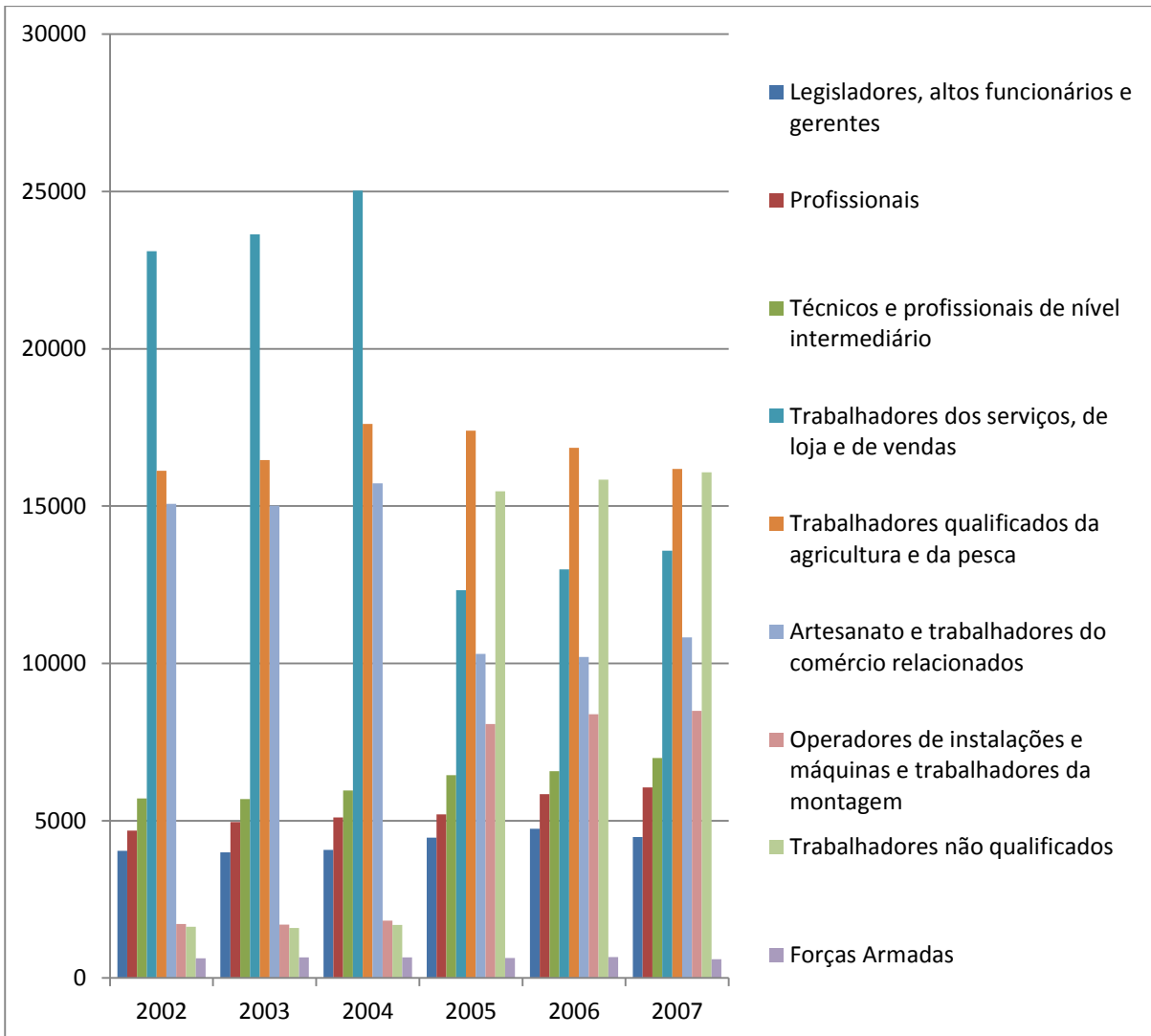
O segundo estudo contempla os anos 2002 a 2007, com as seguintes categorias “Legisladores, Altos Funcionários e Gerentes”, “Profissionais”, “Técnicos e Profissionais de

Nível Intermediário”, “Trabalhadores dos Serviços, de lojas e de Vendas”, “Agricultura e Pesca”, “Artesanato e Trabalhadores do Comércio”, “Operadores de Máquinas e Trabalhadores da Montagem”, “Trabalhadores não Qualificados” e “Forças Armadas”, conforme tabela 4.3:

TABELA 4.3 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 2002 a 2007 (por mil)

ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Legisladores, altos funcionários e gerentes	4047	3993	4075	4459	4741	4482
Profissionais	4684	4962	5102	5201	5846	6061
Técnicos e profissionais de nível intermediário	5703	5685	5957	6447	6572	6987
Pessoal dos serviços e trabalhadores de loja e mercado de vendas	23.101	23641	25.024	12.326	12992	13.579
Trabalhadores qualificados da agricultura e da pesca	16.124	16467	17.607	17.397	16.848	16.185
Artesanato e trabalhadores do comércio relacionados	15.072	15014	15.721	10.302	10.201	10.827
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1.718	1694	1.828	8076	8380	8491
Trabalhadores não qualificados	1.625	1588	1.687	15.474	15.839	16.073
Forças Armadas	628	659	654	631	665	596

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Laborsta Internet, 2014.

FIGURA 4.3 – Estrutura Ocupacional Brasileira de 2002 a 2007

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Laborsta Internet, 2014.

A figura 4.3 demonstra que a categoria “Trabalhadores dos serviços, de loja e de vendas” teve grande queda no período. Estavam crescendo em 2002 até em 2004, todavia, em 2005, apresentam uma queda de mais de 50% em todo pessoal ocupado neste setor. Em contraposição a isto, os “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”, que tinham grande estabilidade de 2002 a 2004, em 2005 tiveram um crescimento de cerca de 450%, progredindo nos anos subsequentes. A queda no primeiro dado e a ascensão deste segundo em parte se dá pela reestruturação econômica que o país perpassa. No ano de 2005, o Brasil apresenta boa situação econômica, o risco-país atingiu um dos menores níveis, com 304 pontos. Tendo em vista o aumento dos investimentos no país, as exportações bateram recordes, o desemprego em 2005 caiu 7,3% em relação ao mesmo período em 2004, além do emprego industrial em 2005 ter tido alta de 1,7%. Ito demonstra

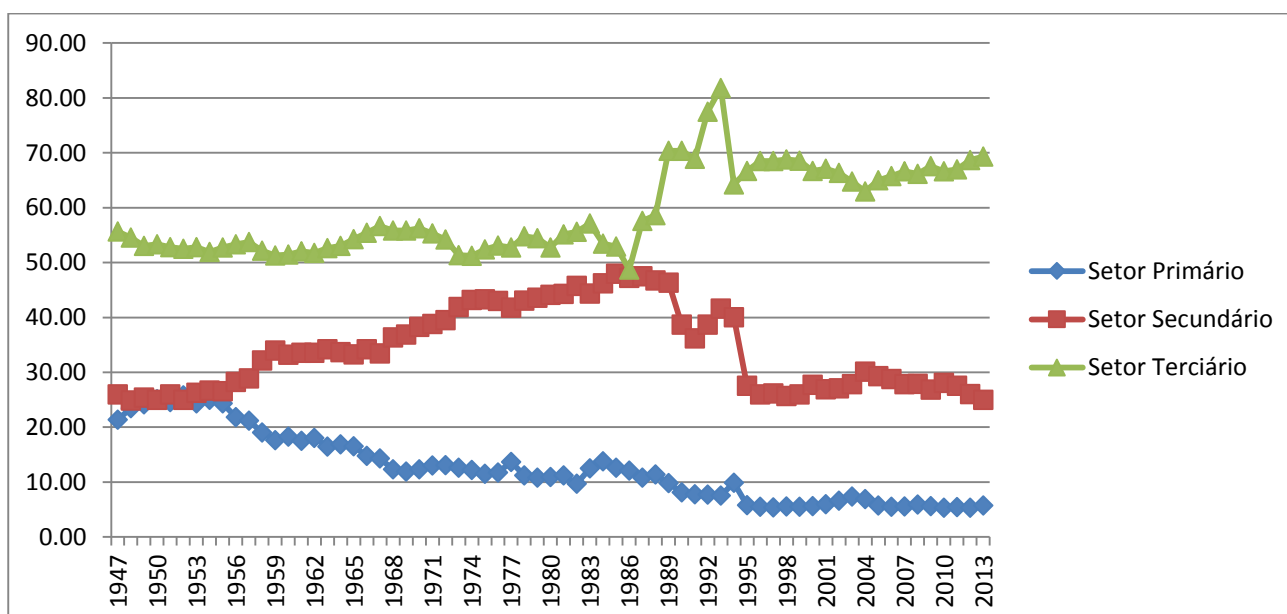
uma migração do emprego na área de serviços e vendas para a da indústria. Outro dado que chama atenção na figura 4.3 é a categoria “Trabalhadores não qualificados” que de 2004 para 2005 tiveram um crescimento de cerca de 920%, enquanto todos os outros apresentam certa estabilidade em determinada banda, ou baixo crescimento, quando comparado com ele.

A estrutura ocupacional do Brasil tem grande peso na área dos serviços, sendo a maioria trabalhadores com baixa qualificação, que migram do setor terciário para o secundário, ou vice versa, dependendo da situação econômica que o país se encontra. Todavia, há de se notar que há um crescimento muito grande na qualificação de profissionais. Na figura 4.2 observa-se que a quantidade de “profissionais, técnicos e afins” mais que dobra de 1981 a 2001; e de acordo com a tabela 4.2 a quantidade de empregos ocupados de “técnicos e profissionais de nível intermediário” passa de pouco mais de 5 milhões para quase 7 milhões entre 2002 e 2007, o que revela que o país está progredindo neste setor.

4.2 VALOR ADICIONADO POR SETOR

O setor terciário tem apresentado características marcantes na composição do produto interno bruto. A elevação de sua participação tem sido cada vez maior em detrimento dos outros setores, que durante certo período concorreram entre si, mas de uma forma geral, têm um decréscimo de sua participação no PIB cada vez maior, como aponta a figura 4.4.

FIGURA 4.4 – Valor Adicionado Por Setor de 1947 a 2013 (% PIB)

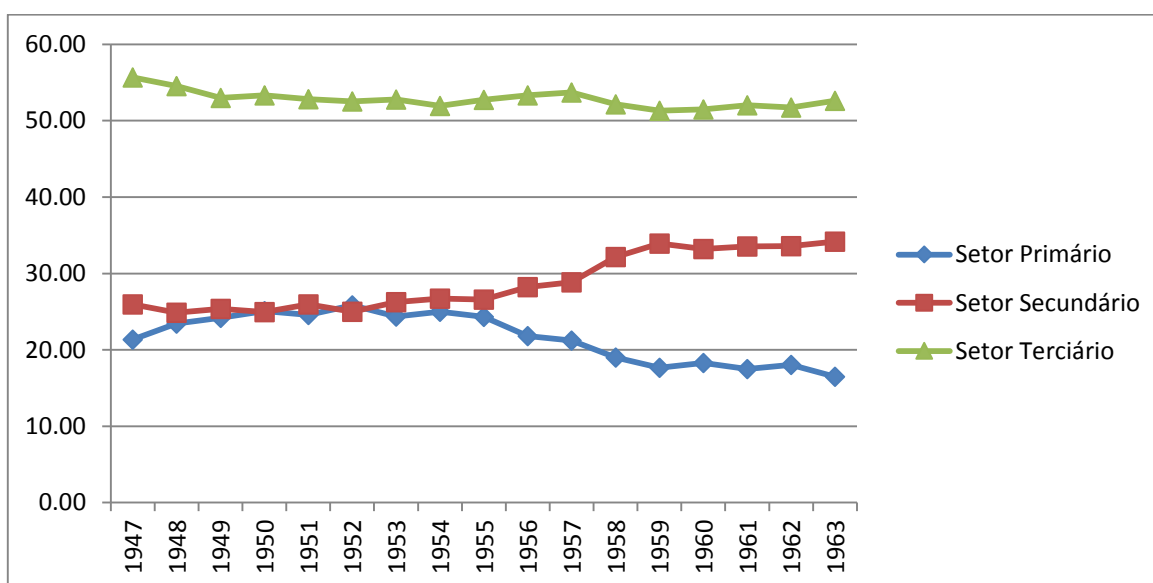


Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

A figura 4.4 ilustra o valor adicionado do setor primário, secundário e terciário no Brasil, entre os anos 1947 até 2013, ou seja, desde 1947 o setor terciário demonstra ter extrema relevância na composição do PIB nacional. Durante muito tempo variou em 55% de todo o produto interno bruto e atualmente está em cerca de 65%. Já o setor secundário, no começo do período, teve grande ascensão, saiu da casa de 35% chegando à beira dos 50% do valor adicionado como porcentagem do PIB, todavia, após esta grande elevação, há uma queda que o faz retornar para cerca de 35%. Já o setor primário, que no início do estudo concorre com o setor secundário em 35%, logo demonstra quedas percentuais pequenas durante todo o período, tendo hoje por volta de 5% do PIB como valor adicionado.

Estes detalhes podem ser mais bem analisados a partir da figura 4.5 e 4.6 que dividem os períodos e facilitam a observação dos pontos críticos que ocorrem durante todo o período.

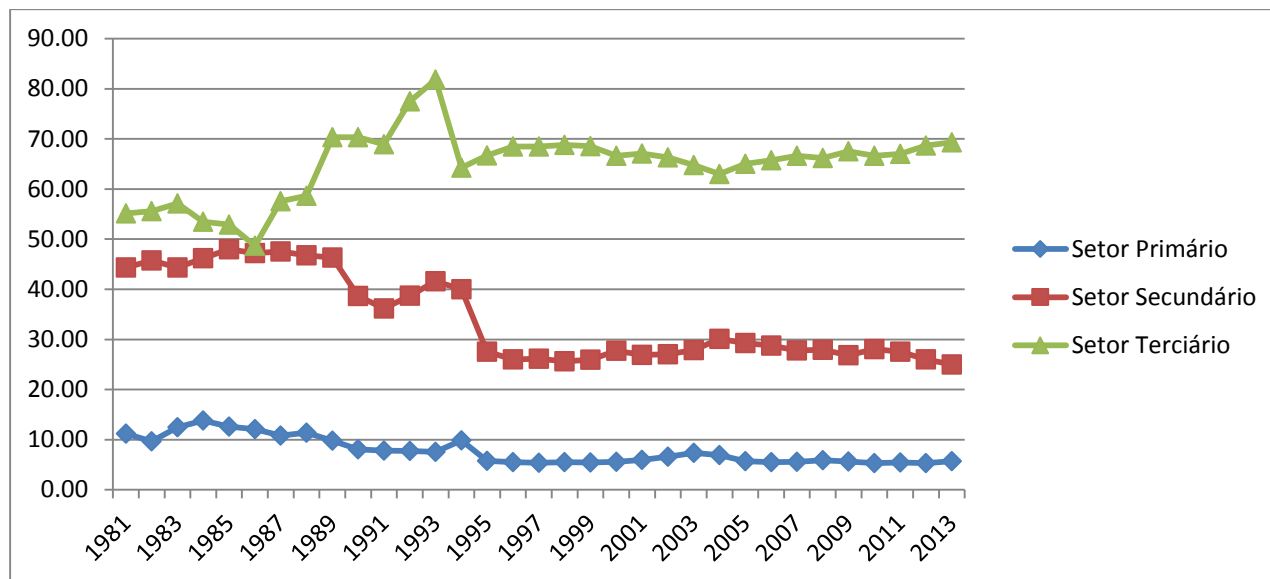
FIGURA 4.5 – Valor Adicionado Por Setor de 1947 a 1963 (% PIB)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

A partir da figura 4.4.2 é possível verificar que, durante o período de 1948 a 1955, o setor primário e o secundário possuem participações no PIB muito próximas em relação ao seu valor adicionado. Em 1956 há uma guinada do setor secundário juntamente com a queda do setor primário, ou seja, passa a haver um crescimento do valor adicionado pela indústria em direção à participação que há do valor adicionado pelo setor terciário.

FIGURA 4.6 – Valor Adicionado Por Setor de 1981 a 2013 (% PIB)

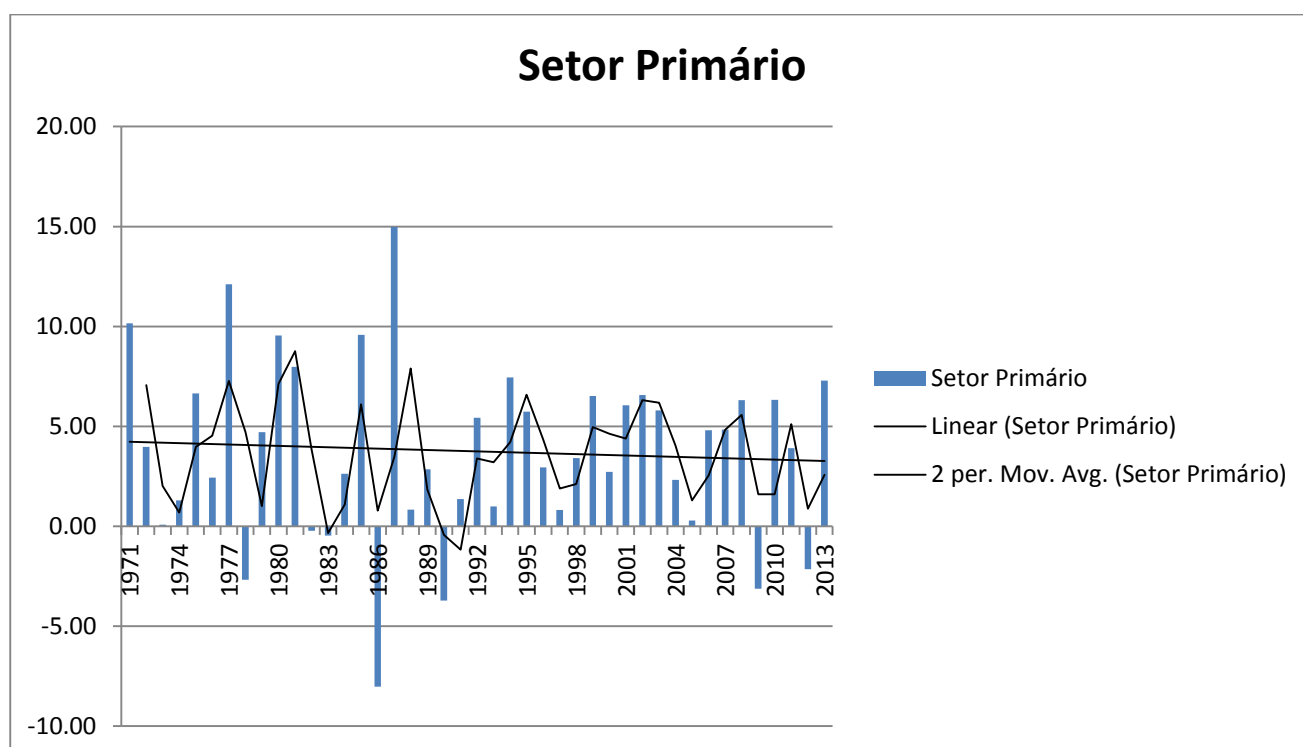


Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

A figura 4.6 apresenta o ponto ápice da participação do valor adicionado pelo setor secundário. Em 1986 a participação da indústria no valor adicionado é de 47,2% enquanto a do setor terciário chega a 48,69%, ou seja, com aquela guinada que ocorre a partir de 1956 a participação do setor secundário praticamente se iguala à participação dos serviços. No entanto, posteriormente, há uma queda deste percentual da indústria e o setor terciário passa novamente a ganhar destaque, que atualmente representa a maior participação no valor adicionado do PIB brasileiro. Em 2013, o setor primário representa 5,71%, o setor secundário 24,98% e o setor terciário 69,32%.

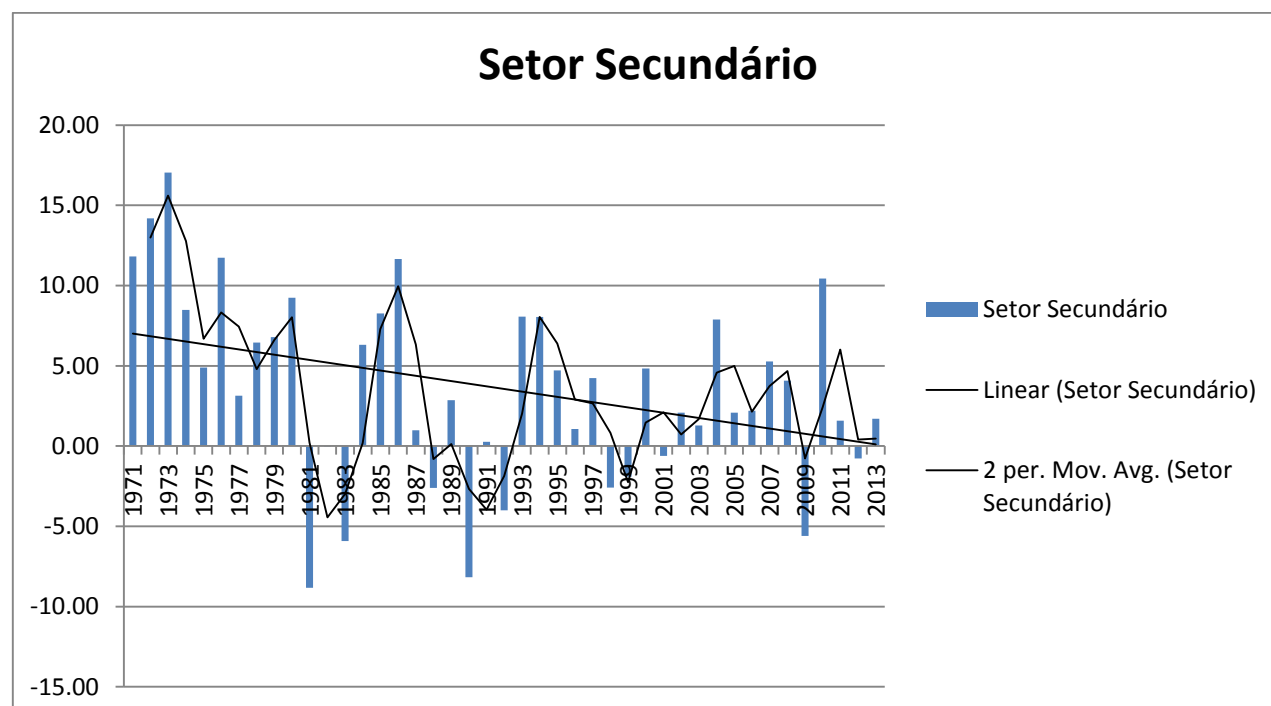
A variação anual do valor adicionado de cada setor tende a estampar a situação econômica do país, pois ela ilustra a relação que o setor terciário possui com a variação do produto interno bruto, enquanto outros setores aparentam ter baixa influência sobre o PIB e, consequentemente, sobre o valor adicionado que integra o produto nacional.

**FIGURA 4.7 – Variação Anual do Valor Adicionado, Setor Primário,
de 1971 a 2013 (% a.a.)**



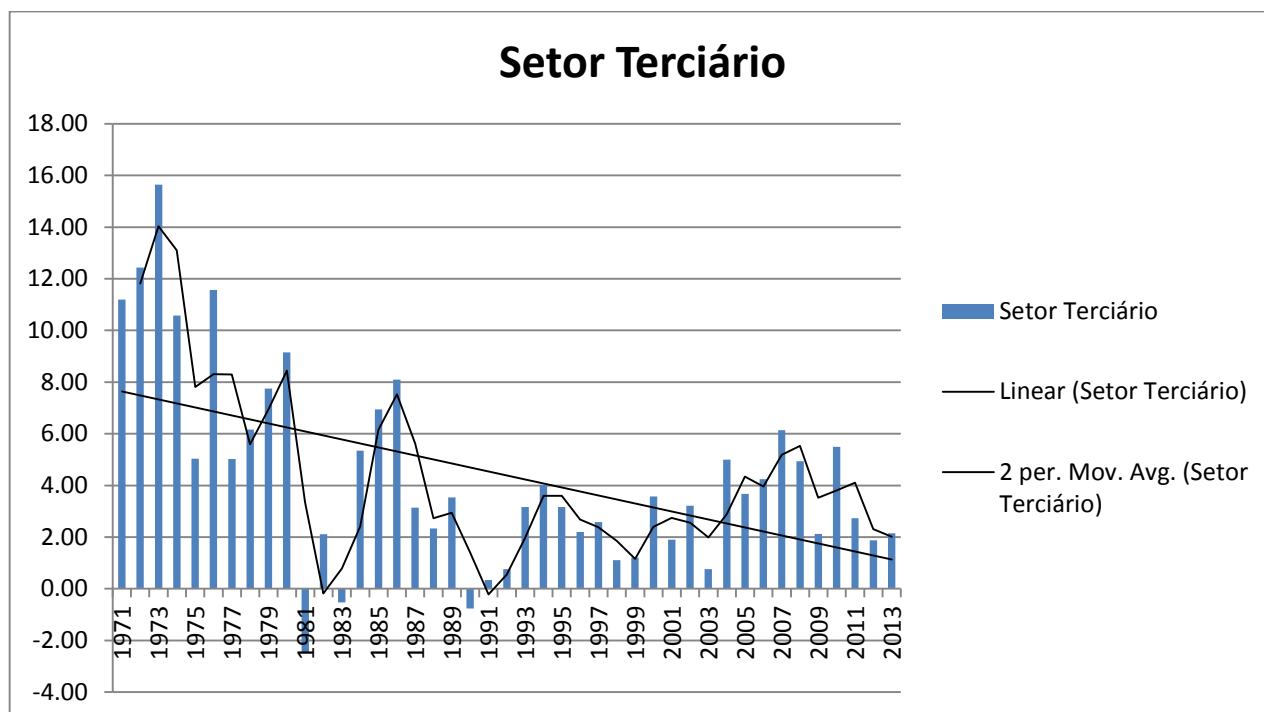
Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

**FIGURA 4.8 – Variação Anual do Valor Adicionado, Setor Secundário,
de 1971 a 2013 (% a.a.)**



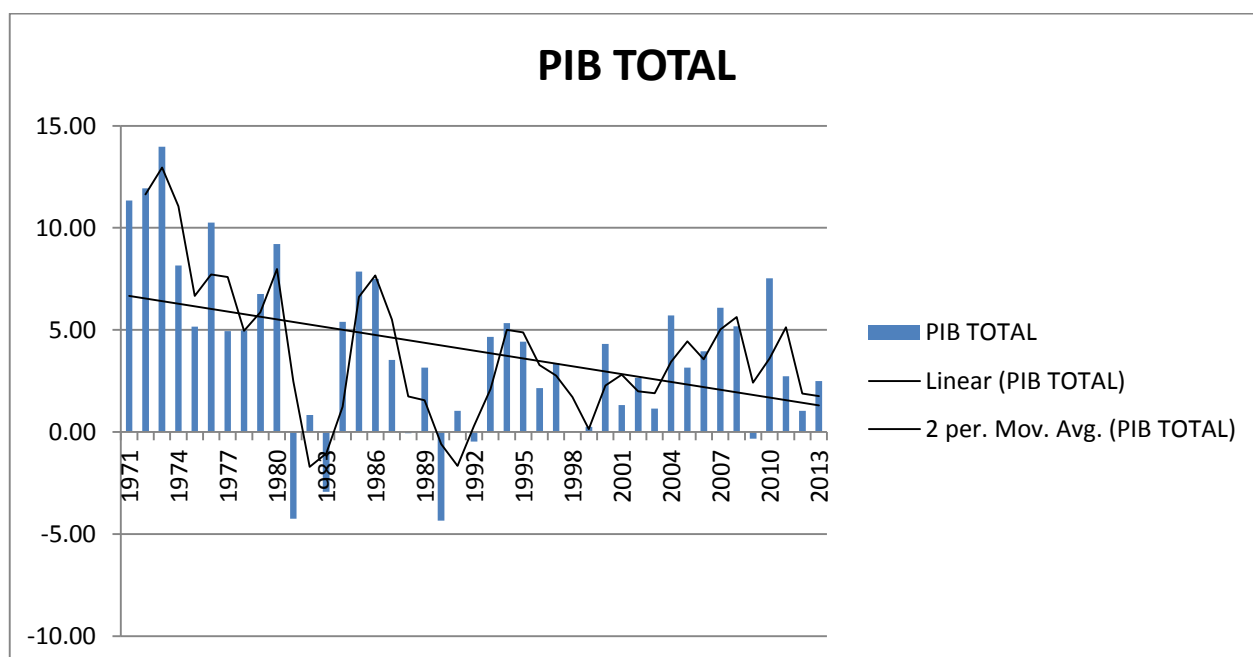
Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

FIGURA 4.9 – Variação Anual do Valor Adicionado, Setor Terciário, de 1971 a 2013 (% a.a.)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

FIGURA 4.10 – Variação Anual do Valor Adicionado, PIB Brasileiro, de 1971 a 2013 (% a.a.)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA DATA, 2014.

As figuras 4.7, 4.8, 4.9 e 4.10 apresentam, respectivamente, o valor adicionado do setor primário, secundário, terciário e do PIB brasileiro durante os anos 1971 até 2013. Para melhor comparação entre os desenhos foi traçada uma linha de tendência linear e a média móvel de dois períodos, possibilitando assim, observarmos que, por exemplo, o setor terciário tem seu gráfico mais paralelo ao do PIB brasileiro. Isso denota tanto sua maior influência sobre o produto nacional, quanto sua tendência a representar a situação econômica do país pela maior participação que possui no produto nacional. Com um aumento do valor adicionado no setor de serviços é possível que haja um aumento do PIB brasileiro e conseqüentemente o desenvolvimento do país pela dinamização que ocorre em toda a economia.

CONCLUSÃO

O presente trabalho foi elaborado com o intuito de incluir o setor terciário na discussão sobre a desindustrialização. Para isto, foram apresentados os seguintes tópicos, a importância da indústria no limiar do desenvolvimento econômico dos países, a discussão sobre os principais pontos da desindustrialização natural e precoce que têm acometido todas as economias, além da incidência que esse debate tem no Brasil. Por último foram construídas etapas com o objetivo de alicerçar o conhecimento sobre a necessidade do setor de serviços em contraponto à indústria, pois a desindustrialização no sentido de expansão do setor terciário em relação à indústria é decorrente desta evolução do modo de produção vigente no mundo.

Ao longo do estudo confirmou-se que há um potencial muito grande da indústria e que ela tem grande relevância e importância para o desenvolvimento de qualquer economia. Contudo, o Brasil não se sustentou ao longo das décadas no mesmo nível de investimento e por possuir um pequeno mercado interno e externo, além de uma baixa captação de poupança, fica muito sensível às variações da economia, de forma que, qualquer movimento negativo que ocorre, juntamente com a fuga de capital, sua indústria sofre e não se mantém. Ou seja, o país é muito instável prejudicando o crescimento do setor que não consegue se fortalecer e evoluir para que alcance grandes aumentos de produtividade por si só.

O setor de serviços, em contraponto às ideias tradicionais, tem evoluído e se mostrado cada vez mais necessário para a economia uma vez que ele e a indústria estão amarrados em uma condição de interdependência. O setor terciário é quem tem crescido e possibilitado a diminuição de tempo e custo de produção. As empresas têm se desenvolvido somente com ativos intangíveis pelo conhecimento técnico que é agregado por este setor, além disso, apenas o avanço tecnológico propicia toda esta dinâmica.

Com todas estas mudanças perante o sistema vigente de produção flexível, o Brasil se adaptou e seu setor de serviços tem se expandido em um nível superior ao da indústria. É possível confirmarmos isto a partir da análise empírica do item 4, onde a estrutura ocupacional brasileira demonstra-se superior no quesito setor de serviços em relação aos demais. Todavia, mesmo dentro dele tem ocorrido uma modificação positiva, pois áreas com maior qualificação como profissionais e técnicos têm tido crescimento significativo. Isto demonstra um potencial positivo para o país, pois é este tipo de serviço que realmente implica no aumento de produtividade das empresas. O valor adicionado pelos serviços no PIB

brasileiro também se mostra superior aos demais setores e isto indica que a atividade terciária agrega valor à economia brasileira de forma muito positiva. O grande problema do setor industrial brasileiro é sua força e estabilidade devido à grande necessidade de investimentos, ao contrário do setor de serviços que não necessita de tanto para crescer e tem impulsionado o produto brasileiro a partir das TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação) e empresas como as startup's que exigem grande conhecimento técnico e baixo capital inicial para sua produção.

Em um contexto geral, o Brasil, por mais que esteja ou não passando por um processo de desindustrialização, necessita fortalecer sua estrutura produtiva em si com foco na questão industrial, pois ela é frágil e necessária, de modo que tanto ela quanto o setor de serviços têm que crescer juntos para que o país alcance um nível de desenvolvimento cada vez mais próximo ao dos países já desenvolvidos.

O referido tema é extremamente interessante e recomenda-se que ele continue sendo estudado, especialmente qual o nível de produtividade que é agregado aos serviços em manufaturas e demais setores, pois não há um modo de mensuração explícito capaz de indicar tal crescimento e esta seria uma forma eficaz de comprovar cientificamente a grande inserção que o setor possui nos demais. Hoje não há uma empresa que não necessite de um melhor gerenciamento ou que não o faça através de softwares que são cada vez mais bem aprimorados e trazem otimização de tempo e custos de produção, gerando produtividade e se difundindo para todos os demais setores.

REFERÊNCIAS

OREIRO, J. L., E FEIJÓ. C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp 219-232, abril-junho/2010.

NASSIF. A. Há evidências de desindustrialização no Brasil?. **Revista de Economia Política**, vol. 28, nº 1, São Paulo, jan-mar/ 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? In.: **FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**, 4, 2008, Rio de Janeiro. 21p.

BRESSER PEREIRA, L. C., GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 4 (120), PP. 663-686, out-dez/2010.

COMIN, A. **A desindustrialização truncada perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, dez/2009.

BONELLI, R, E PESSÔA, S, A. Desindustrialização no Brasil: Um resumo da evidência. **Texto 7 para discussão**, Fundação Getúlio Vargas, IBRE, mar/2010.

MUNHOZ, D. G., **Economia Aplicada** – Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica. UNB, Brasília. 1989.

KON, ANITA, **Economia de Serviços** – Teoria e Evolução no Brasil, Campinas, São Paulo, 2004.

CANO, WILSON, A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**. Número Especial v.21, p.831 – 851, Campinas, São Paulo, dez/2012.

SILVA, D, E MEIRELLES, O Conceito de Serviços, **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 1 (101), pp. 119 – 136, mar/2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA DATA). **Macroeconômico, Séries Históricas** – Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 16 out. 2014.

ILO DEPARTMENT OF STATISTICS (LABORSTA) – **Employment, Main Statistics (annual): Employment General Level, by Economic Activity, by Occupation, by Status in Employment - Paid Employment by Economic Activity, in Manufacturing** – Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/>. Acesso em: 09 dez. 2014.